



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Controladoria-Geral da União
Secretaria Federal de Controle Interno



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO POR ÁREA DE GESTÃO Nº 2
GASTOS DA FOLHA DE PAGAMENTO DE PESSOAL

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO – CGU

SAS, Quadra 01, Bloco A, Edifício Darcy Ribeiro
70070-905 – Brasília-DF
cgu@cgu.gov.br

Valdir Moysés Simão

Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União

Carlos Higino Ribeiro de Alencar

Secretário-Executivo

Francisco Eduardo de Holanda Bessa

Secretário Federal de Controle Interno

Luís Henrique Fanan

Ouvidor-Geral da União

Waldir João Ferreira da Silva Júnior

Corregedor-Geral da União

Patrícia Souto Audi

Secretária de Transparência e Prevenção da Corrupção

Equipe técnica responsável pela elaboração:

Diretoria de Auditoria de Previdência, Trabalho, Pessoal, Serviços Sociais e Tomada de Contas Especial –SFC

Cláudio Antônio de Almeida Py (Diretor)

Henrique Cesar Sisterolli Kamchen (Coordenador-Geral)

Afonso Pessoa Picanço

Marlene Zacarias Amâncio

Luiz Antonio de Jesus Rocha

Amarildo José Leite

Paola Juliana de Vasconcelos Praxedes

Sergio de Oliveira Campos

Supervisão:

Cristiano Paulo Soares Pinto

Equipe responsável pela revisão:

Diretoria de Planejamento e Coordenação das Ações de Controle – SFC

Ronald da Silva Balbe (Diretor)

Rogério Vieira dos Reis (Coordenador-Geral)

Gustavo Longo

As ações de controle ocorridas nos diversos órgãos, elementos indispensáveis para o alcance dos resultados apresentados no presente Relatório, foram executadas pelas Diretorias de Auditorias e Coordenações-Generais da SFC e pelas Controladorias-Regionais da União nos Estados.

Brasília, abril/2015.

Competência da CGU

Assistir direta e imediatamente o Presidente da República no desempenho de suas atribuições, quanto aos assuntos e providências que, no âmbito do Poder Executivo, sejam atinentes à defesa do patrimônio público, ao controle interno, à auditoria pública, à correição, à prevenção e ao combate à corrupção, às atividades de ouvidoria e ao incremento da transparência da gestão no âmbito da administração pública federal.

Avaliação da Execução dos Gastos de Pessoal

Em atendimento ao disposto no art. 74 da Constituição Federal, a CGU realiza ações de controle com o objetivo de avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e a execução dos Programas de Governo e dos Orçamentos da União.

A escolha da Avaliação dos Gastos de Pessoal se dá por um processo de hierarquização de todos os programas constantes da Lei Orçamentária Anual, utilizando-se para esse fim os critérios de relevância, materialidade e criticidade.

A partir de então, são realizadas diversas ações de cruzamento de base de dados de acordo com as trilhas de auditoria de pessoal, criadas com o fito de avaliar a efetiva aplicação dos recursos destinados ao cumprimento da finalidade constante da ação governamental.

As constatações identificadas nas ações de controle são consignadas em relatórios específicos que são encaminhados aos gestores federais para conhecimento e implementação das medidas nele recomendadas.

Cada uma das medidas é acompanhada e monitorada pela CGU até a certificação de sua efetiva implementação.

Sumário-Executivo

Objetivos dos Gastos com Pessoal

Os gastos com Pessoal tem como objetivo a garantia do pagamento da remuneração aos servidores e empregados ativos civis da União, inativos e beneficiários de pensão.

Finalidades dos gastos

O gasto com o **Pagamento de Pessoal Ativo da União** tem por finalidade garantir o pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.

O gasto com o **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** tem por finalidade garantir o pagamento devido aos servidores civis inativos do Poder Executivo ou aos seus pensionistas, em cumprimento às disposições contidas em regime previdenciário próprio.

O gasto com o **Pagamento de Pessoal Ativo dos Extintos Estados e Territórios** tem por finalidade promover o pagamento dos servidores públicos federais ativos lotados nos extintos Estados e Territórios.

Como acontece

Pagamento de Pessoal Ativo da União: Pagamento, mediante sistemas informatizados (Sistema Integrado de Administração de Recursos - SIAPE), de espécies remuneratórias aos servidores e empregados ativos civis da União.

Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis: Pagamento, mediante sistemas informatizados (SIAPE), de espécies remuneratórias aos servidores civis inativos do Poder Executivo ou aos seus pensionistas.

Pagamento de Pessoal Ativo dos Extintos Estados e Territórios: Os recursos são transferidos pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA às Gerências Regionais de Administração as quais efetuam diretamente os pagamentos com exceção do extinto território da Guanabara, cujos recursos são repassados da GRA-RJ à Secretaria de Fazenda no Estado do Rio de Janeiro, mediante convênio.

As informações orçamentárias, financeiras, contábeis e de pessoal, constantes dos arquivos do Sistema Integrado de Administração Financeira - Siafi e do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - Siape, constituem as bases de dados oficiais do Poder Executivo Fe-

deral (art. 2º do Decreto nº 2028, de 1996). O Siape foi instituído pelo art. 1º, do Decreto nº 99.328, de 19 de junho de 1990 com a finalidade de:

*“I - dotar o Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, criado pelo Decreto nº 67.326, de 5 de outubro de 1970, de instrumento de modernização da administração de recursos humanos e de viabilização da integração sistêmica nessa área;
II - atender ao Departamento de Recursos Humanos da Secretaria da Administração Federal, nas atividades de planejamento, coordenação, supervisão, controle e desenvolvimento de recursos humanos da Administração Pública Federal direta, de ex-Territórios, das autarquias e das fundações públicas;
III - atender às unidades de pessoal dos órgãos e entidades referidos no inciso anterior no desenvolvimento de suas atividades.”*

O Siape é um dos principais sistemas estruturantes do Poder Executivo Federal, com mais de 250 órgãos e mais de 2 mil unidades pagadoras. Sua base cadastral contém todos os servidores civis da Administração Pública Federal direta, dos ex-Territórios, das autarquias e das fundações públicas que recebem recursos à conta do Tesouro Nacional, para efeito de controle administrativo, financeiro e orçamentário pelos órgãos centrais da Administração Pública Federal, bem assim a execução da folha de pagamentos unificada e padronizada (art. 2º, do Decreto nº 99.328, de 1990)¹.

A responsabilidade pelo conteúdo das informações (cadastrais e financeiras dos servidores, aposentados, pensionistas, estagiários e dependentes, dentre outras), na base de dados do SIAPE, conforme disposto na Portaria nº 978, de 29/03/1996 e Norma de Segurança (IN nº 4 e NE nº 001, ambas de 11/07/2006, publicadas no DOU em 12/07/2006) é do titular da unidade de RH do respectivo órgão ou entidade, do ordenador da despesa de pessoal e do detentor da senha de acesso que procedeu aos lançamentos. A manutenção desta base de dados (regras, tabelas, filtros, funcionalidades e rotinas de cálculos), a fim de que seja mantida a aderência às normas, é da responsabilidade do Ministério do Planejamento.

Volume de recursos envolvidos

O desembolso anual da União para pagamento de pessoal ativo, com e sem vínculo, inativo e pensionistas, corresponde a cerca de 129 bilhões de reais, com geração de cerca de 1,6 milhões de fichas financeiras, por mês, com a inclusão dos beneficiários de pensão, conforme dados demonstrados no Quadro 1 e suas observações. Tais quantitativos e valores por si só demonstram a necessidade de ações contínuas de auditoria nesta base de dados, como medida preventiva e de controle.

¹ Ainda não constam da base Siape: o Banco Central do Brasil, os agentes, oficiais e técnicos de inteligência da ABIN e os servidores em exercício no exterior que recebem suas remunerações em dólar.

QUADRO 1 - Despesa bruta Folha de Pagamento por exercício - 2011 a 2013						
SITUAÇÃO FUNCIONAL	DESPESA COM A FOLHA DE PAGAMENTO EM 2011		DESPESA COM A FOLHA DE PAGAMENTO EM 2012		DESPESA COM A FOLHA DE PAGAMENTO EM 2013	
	QTD	BRUTO em R\$ milhões	QTD	BRUTO em R\$ milhões	QTD	BRUTO em R\$ milhões
APOSENTADO	381.762	30.545,8	386.288	31.352,3	379.486	34.008,9
ATIVO	635.743	64.426,7	648.920	67.868,6	595.862	75.399,4
INSTITUIDOR DE PENSÃO (*)	253.322	16.989,5	252.764	18.366,7	252.474	19.019,3
TOTAL (**)	1.270.827	111.961,9	1.287.972	117.587,6	1.227.822	128.427,6

Fonte: A quantidade foi extraída do Siape no mês de dezembro de cada exercício. Bruto corresponde ao valor da Folha no exercício extraído do Siafi Gerencial do Boletim Estatístico de Pessoal e Informações Organizacionais do Ministério do Planejamento (Boletim nº 213 / Tabela I.1 / páginas 24, 62 e 63).

(*) Beneficiários de Pensão - em média 320 mil.

(**) Incluídas as Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista que recebem recursos da União para pagamento de pessoal e custeio.

Questões Estratégicas

A Trilha de Auditoria de pessoal é uma ferramenta utilizada para identificar situações de inconsistências cadastrais e/ou de pagamentos em relação ao ordenamento legal, construída a partir de evidências resultantes de cruzamentos de bases de dados ou de parâmetros inadequados utilizados nos cálculos.

As questões estratégicas que nortearam propostas para o desenvolvimento e a análise das trilhas de auditoria de pessoal foram as seguintes:

I. Os pagamentos efetuados pelos Órgãos do Poder Executivo Federal estão de acordo com a legislação vigente?

I.1. Houve inconsistências nos pagamentos efetuados?

I.2. O gestor adotou medidas para mitigar e/ou corrigir as inconsistências?

Conclusões e Recomendações

I. Os pagamentos efetuados pelos Órgãos do Poder Executivo Federal estão de acordo com a legislação vigente?

I.1. Houve inconsistências nos pagamentos efetuados?

Sim. Na avaliação da consistência da folha de pagamento por meio de trilhas de auditoria da área de pessoal, a partir de 2010, foi encontrada a seguinte situação:

QUADRO 2 - Evolução das inconsistências por exercício				
	2010	2011	2012(*)	2014(*)
Inconsistências	95.900	77.928	102.293	54.284
Valores	39,9 milhões	26,2 milhões	375,2 milhões	23,7 milhões
Quantidade de trilhas de auditoria	35	35	72	72

(*) Detalhado no Anexo III deste Relatório.

A variação encontrada em 2012 se deu pela inclusão de 37 novas trilhas de auditoria de pessoal ao conjunto desenvolvido, que passou a contar com 72 trilhas. As trilhas contemplam todos os órgãos integrantes do Siape.

O Anexo I traz resultado por trilha do comparativo das quantidades e valores verificados via Siape dos anos de 2012 e 2014, com as quantidades/valores de ocorrências regularizadas e não regularizadas, bem como a quantidade de novas ocorrências.

1.2. O gestor adotou medidas para mitigar e/ou corrigir as inconsistências?

Houve uma redução na quantidade de ocorrências de possíveis inconsistências. Os números sinalizam uma diminuição em torno de 47% das ocorrências identificadas pela CGU, entre o ano de 2012 e o ano de 2014.

As providências de regularização e aprimoramento dos mecanismos de controle em alguns casos foram adotadas e outras estão em curso pelo Ministério do Planejamento e demais gestores envolvidos. Cabe esclarecer que várias medidas saneadoras dependem de criação de filtros de controle interno no SIAPE, cuja ação de implementação ocorre a médio e longo prazo, conforme informações contidas no Anexo IV deste Relatório.

As inconsistências não regularizadas dos trabalhos de 2010 e 2011 encontram-se registradas em 2012, e vem sendo monitoradas permanentemente até sua completa regularização. Dessa forma, estamos apresentando, nos Anexos I a III, apenas os resultados detalhados referentes ao ano de 2012 e as providências adotadas pelos gestores até fevereiro 2014.

Benefícios obtidos

Os resultados dos trabalhos foram encaminhados à SEGEP/MP, aos dirigentes de Recursos Humanos dos órgãos envolvidos, aos Assessores Especiais de Controle Interno dos respectivos Ministérios e às CIsETs (MD, MRE e PR).

As trilhas de auditoria de pessoal envolveram 259 órgãos (da administração direta, autárquica e fundacional) constantes do Siape. Após serem cientificados das inconsistências, apresentaram suas justificativas e procederam aos ajustes necessários. Desse universo, 243 órgãos são auditados pela CGU, dos quais 102 já apresentaram justificativas para 100%

das pendências, o que representa cerca de 42% do total dos órgãos envolvidos que são auditados pela CGU.

Cabe registrar que os resultados das trilhas de auditoria de pessoal da SFC em relação ao benefício financeiro, representam uma economia efetiva de cerca de R\$ 1,181 bilhão, acumulados até dezembro de 2014 (conforme Quadro 3). Este valor corresponde a cessação dos pagamentos indevidos ou correção de valores pagos erroneamente, verificados na base de dados do SIAPE, representando uma economia anual de cerca de R\$ 445,9 milhões.

QUADRO 3 – Economia efetiva junho 2011 a dezembro/2014			
Notas Técnicas / Relatórios	Economia Efetiva (em R\$)		
	Ao mês	Ao ano	Total (*)
NT nº 1.139/2010	8,6 milhões	111,8 milhões	387 milhões
NT nº 2.321/2011	8,8 milhões	114,4 milhões	308 milhões
NT nº 1.245/2012	16,9 milhões	219,7 milhões	486,5 milhões
Total	34,3 milhões	445,9 milhões	1,181 bilhão

Fonte: Base de Dados do SIAPE e informações prestadas pelos órgãos – Consolidadas na Base de Dados do Sistema de Trilhas.

(*) Resultado acumulado até dezembro/2014, sem levar em consideração os ressarcimentos dos valores pagos indevidamente.

Esclarecemos que o montante indicado não contempla os descontos dos atrasados reconhecidos e lançados pelos órgãos de recursos humanos até dezembro de 2014. Se considerarmos o montante informado pelo Gestor de recuperações dos valores pagos indevidamente (R\$ 32,7 milhões), o montante da economia efetiva vai para R\$ 1,214 bilhão, conforme apontado no Anexo I deste Relatório.

Informamos ainda que 129 órgãos estão com 5% ou menos inconsistências pendentes de explicação, que representam em torno de 53% do total de 243 órgãos. Os 12 órgãos restantes estão acima deste percentual de 5% com pendências de informação. As instituições de ensino apresentam os maiores índices de ausência de resposta e ou correções/suspensões de pagamentos apontados como inconsistência pela CGU.

Com base no acompanhamento das informações prestadas pelos Gestores dos órgãos jurisdicionados da CGU, em novembro 2013 tinham sido prestados informações para 57.451 inconsistências, com uma recuperação de recursos no total de R\$ 28,89 milhões. Em fevereiro de 2014, conforme detalhado no Anexo II deste Relatório, foram prestadas informações para 65.547 inconsistências, com indicação para devolução ao Erário no valor de R\$ 32,7 milhões.

Conclusões e implementações

Podemos informar que diversas melhorias nos controles foram alcançadas o que ocasionaram a interrupção de pagamentos indevidos e a recuperação de valores pagos indevidamente.

A SEGEP/MP encaminha Nota Técnica nº 314/2014/CGAUD/DEGEP/SEGEP/MP que descreve algumas ações implementadas por aquela Secretaria, com melhorias nos controles internos administrativos decorrentes de trabalhos internos da SEGEP e das informações prestadas pela CGU. Das ações do gestor pode-se listar algumas mais relevantes:

- Conclusão do módulo de aposentadorias do SIAPE;
- Criação de um “Novo modelo de gestão da folha de pagamento”, que incorporou ações de prevenção e inteligência, modernizando e automatizando os processos, proporcionando maior confiabilidade no processamento da folha;
- Implementação do Projeto de Melhoria da Qualidade dos Gastos da Folha de Pagamento, resultando em economia efetiva de R\$ 548,7 milhões anuais;
- Implantação pela SIGEP de Trilhas de Auditoria em rubricas que representam 80% das despesas com pessoal;
- Utilização de cruzamentos de dados do SIAPE com a base do SISOB, esse batimento evitou um gasto indevido da ordem de R\$ 234,7 milhões;
- Assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica com a Receita Federal do Brasil, para cruzamento de dados CPF com o SIAPE.

Além dessas ações a SEGEP utilizou rotinas de inteligência a partir de fevereiro de 2014, com a etapa de Verificação de Conformidade da Folha de Pagamento. Com a realização de monitoramento sistemático de lançamentos efetuados no período de atualização da folha de pagamento disponível aos órgãos no âmbito do SIAPE. Esse monitoramento no período de janeiro a novembro de 2014 promoveram uma economia de R\$ 556,6 milhões.

E por fim, a SEGEP ressaltou que está em desenvolvimento o novo sistema de gestão de pessoas – SIGEPE, que apresentará maior segurança no processamento da folha de pagamento.

Verifica-se que o trabalho das Trilhas de Auditoria resultou em uma série de medidas adotadas tanto pela SEGEP quanto pela CGU, que buscam de forma contínua e sistemática, o aperfeiçoamento dos controles e da transparência no processo de pagamento de pessoal.

Sumário

I. Introdução.....	11
Finalidades dos gastos.....	13
Fluxo operacional da política pública.....	13
Volume de recursos envolvidos.....	13
2. Objetivos e Abordagem.....	14
3. Escopo da Avaliação.....	14
4. Resultados	18
4.1 Da reposição de valores ao Erário.....	22
5. Conclusão.....	24
Anexo I.....	26
Anexo II.....	37
Anexo III.....	48
Anexo IV.....	52

I. Introdução

O desembolso mensal da União com a folha de pagamento de servidores ativos, aposentados, instituidores de pensão, contratos temporários, dentre outros, corresponde a cerca de 10 bilhões de reais. Salienta-se, ainda, que o SIAPE gera em torno de 1,6 milhões de fichas financeiras, por mês, para servidores (ativos, aposentados, instituidores de pensão, contratos temporários, dentre outros) e beneficiários de pensão, conforme dados demonstrados no Quadro 4 e suas observações. Tais quantitativos e valores por si só demonstram a necessidade de ações contínuas de auditoria nesta base de dados, como medida preventiva e de controle.

QUADRO 4 - Despesa bruta Folha de Pagamento por exercício - 2011 a 2013						
SITUAÇÃO FUNCIONAL	DESPESA COM A FOLHA DE PAGAMENTO EM 2011		DESPESA COM A FOLHA DE PAGAMENTO EM 2012		DESPESA COM A FOLHA DE PAGAMENTO EM 2013	
	QTD	BRUTO em R\$ milhões	QTD	BRUTO em R\$ milhões	QTD	BRUTO em R\$ milhões
APOSENTADO	381.762	30.545,8	386.288	31.352,3	379.486	34.008,9
ATIVO	635.743	64.426,7	648.920	67.868,6	595.862	75.399,4
INSTITUIDOR DE PENSÃO (*)	253.322	16.989,5	252.764	18.366,7	252.474	19.019,3
TOTAL (**)	1.270.827	111.961,9	1.287.972	117.587,6	1.227.822	128.427,6

Fonte: A quantidade foi extraída do SIAPE no mês de dezembro de cada exercício. Bruto corresponde ao valor da Folha no exercício extraído do Siafi Gerencial do Boletim Estatístico de Pessoal e Informações Organizacionais do Ministério do Planejamento (Boletim nº 213 / Tabela I.1 / páginas 24, 62 e 63).

(*) Beneficiários de Pensão - em média 320 mil.

(**) Incluídas as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que recebem recursos da União para pagamento de pessoal e custeio.

O controle na Folha de Pagamento é feito pela CGU, por meio de trabalhos de extração de dados na base do SIAPE, posteriormente examinados por meio de trilhas de auditoria. A Trilha de Auditoria é uma ferramenta utilizada para identificar situações de inconsistências cadastrais ou de pagamentos em relação ao ordenamento legal, construída a partir de evidências resultantes dos cruzamentos de bases de dados.

A ação de controle das Trilhas é um processo contínuo, no qual o escopo é constantemente ampliado e aprimorado. Após a extração dos dados e a execução dos cruzamentos das bases de dados, as informações de inconsistências coletadas das trilhas de auditoria de pessoal são encaminhadas aos Gestores de RH dos órgãos para que sejam tomadas as devidas providências.

O trabalho de trilhas de auditoria na folha de pagamento faz parte do Projeto de “Melhoria da Qualidade de Gastos da Folha de Pagamento”, Coordenado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no qual está inserido na Macroação I.2.1 – “TESTAR, VALIDAR E PRO-

CESSAR AS TRILHAS DE AUDITORIAS NAS RUBRICAS QUE COMPÕEM CERCA DE 90% DO VALOR DA FOLHA DE PAGAMENTO E CORRIGIR AS INCONSISTÊNCIAS.”

Os resultados das trilhas de auditoria da SFC, representam uma economia efetiva de cerca de R\$ 1,181 bilhão (Quadro 3), acumulada até dezembro de 2014, devido às correções das irregularidades na folha de pagamento, conforme verificação na base de dados do SIAPE. O montante indicado não contempla os descontos dos atrasados reconhecidos e lançados pelos órgãos de recursos humanos até a presente data.

Com objetivo de facilitar os trabalhos dos Gestores e permitir o acompanhamento e o monitoramento mais eficientes das providências a cargo das unidades pagadoras com vistas a regularizar as inconsistências apontadas pelas trilhas, a SFC/CGU desenvolveu sistema, em ambiente Web, para que o gestor, previamente autorizado e cadastrado, registre o posicionamento da Unidade sobre as referidas trilhas, e os auditores da CGU, as análises sobre as respostas informadas pelos Gestores. O sistema entrou em operação, em ambiente interno da CGU em 2012, e será disponibilizado posteriormente o acesso para o público externo.

Com esse sistema em web para acompanhamento e o monitoramento dos resultados das trilhas será possível obter informações mais precisas, padronizadas e atualizadas sobre as ações adotadas pelos gestores acerca das questões apontadas pelas trilhas, inclusive possibilitando ao gestor acompanhar a situação da sua unidade perante a SFC/CGU. Todavia, até a sua efetiva implantação, a CGU vem acompanhando as medidas adotadas e consolidando os resultados das respostas fornecidas pelas unidades auditadas e registrando no sistema vigente desenvolvido para essa análise.

As trilhas de auditoria de pessoal envolveram 259 órgãos constantes do SIAPE da administração direta, autárquica e fundacional, que após serem cientificados das inconsistências, apresentaram suas justificativas com os ajustes realizados. Considerando apenas os órgãos acompanhados pela CGU, 243 órgãos, 102 já apresentaram respostas / justificativas para 100% das ocorrências apontadas, o que representa cerca de 42% do total dos órgãos envolvidos que foram auditados pela CGU.

Com base no acompanhamento das informações prestadas pelos Gestores dos órgãos jurisdicionados da CGU, em novembro 2013 tinham sido prestados informações para 57.451 inconsistências, com uma recuperação de recursos no total de R\$ 28,89 milhões. Em fevereiro de 2014, conforme detalhado no Anexo II deste Relatório, foram prestadas informações para 65.547 inconsistências, com indicação para devolução ao Erário no valor de R\$ 32,7 milhões.

As inconsistências ainda pendentes serão objetos de monitoramento e ações corretivas por parte da SFC/CGU, até a sua total regularização.

Finalidades dos gastos

O gasto com o **Pagamento de Pessoal Ativo da União** tem por finalidade garantir o pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.

O gasto com o **Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** tem por finalidade garantir o pagamento devido aos servidores civis inativos do Poder Executivo ou aos seus pensionistas, em cumprimento às disposições contidas em regime previdenciário próprio.

O gasto com o **Pagamento de Pessoal Ativo dos Extintos Estados e Territórios** tem por finalidade promover o pagamento dos servidores públicos federais ativos lotados nos extintos Estados e Territórios.

Fluxo operacional da política pública

O Siape é um sistema estruturante do Poder Executivo Federal, com mais de 250 órgãos e mais de 1,4 mil unidades pagadoras. Sua base cadastral contém todos os servidores civis da Administração Pública Federal direta, dos ex-Territórios, das autarquias e das fundações públicas que recebem recursos à conta do Tesouro Nacional, para efeito de controle administrativo, financeiro e orçamentário pelos órgãos centrais da Administração Pública Federal, bem assim a execução da folha de pagamentos “unificada e padronizada”(art. 2º, do Decreto nº 99.328, de 1990).

Conforme disposto na Portaria nº 978, de 29/03/1996 e Norma de Segurança (IN nº 4 e NE nº 001, ambas de 11/07/2006, publicadas no DOU em 12/07/2006), a responsabilidade pelo conteúdo das informações (cadastrais e financeiras dos servidores, pensionistas, estagiários e dependentes dentre outras) na base de dados do SIAPE é do titular da unidade de RH do respectivo órgão ou entidade, do ordenador da despesa de pessoal e do detentor da senha de acesso que procedeu aos lançamentos. A responsabilidade pela manutenção desta base de dados (regras, tabelas, filtros, funcionalidades e rotinas de cálculos), a fim de que seja mantida a aderência às normas, é do Ministério do Planejamento.

Volume de recursos envolvidos

O desembolso mensal da União para pagamento de pessoal ativo, inativo e pensionistas corresponde a cerca de 10 bilhões de reais. Salienta-se, ainda, que o SIAPE gera em torno de 1,6 milhões de fichas financeiras, por mês, para a execução do pagamento de pessoal e beneficiários de pensão. Tais quantitativos e valores por si só demonstram a necessidade de ações contínuas de auditoria nesta base de dados, como medida preventiva e de controle.

2. Objetivos e Abordagem

Optou-se por avaliar os seguintes gastos: **Pagamento de Pessoal Ativo da União, Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis e Pagamento de Pessoal Ativo dos Extintos Estados e Territórios**, em virtude de que estão centralizadas nessas ações a maior parte dos recursos destinados ao pagamento de pessoal do Poder Executivo Federal e de aposentadorias e pensões, considerando-se, portanto, sua materialidade, que envolve o desembolso pela União de cerca de R\$ 10 bilhões, sua relevância social e sua criticidade.

O objetivo desse trabalho é: i) aprimorar a gestão de pagamento da folha de pessoal, de forma a garantir que os recursos destinados ao pagamento de despesas de pessoal correspondam ao definido na norma; ii) agilizar o processo de identificação de inconsistências, visando conferir maior segurança à geração de atos e registros destes no Siape, a partir da implantação de filtros neste sistema, a fim de evitar o maior número de inconsistências possíveis nos cadastros de servidores, de aposentados, de pensionistas e de dependentes, com reflexo direto ou não na folha de pagamento, com vista ao controle gerencial “Força de Trabalho x Pagamento”.

Dessa forma, as questões e subquestões estratégicas que a CGU se propõe a avaliar são:

I. Os pagamentos efetuados pelos Órgãos do Poder Executivo Federal estão de acordo com a legislação vigente?

I.1. Houve inconsistências nos pagamentos efetuados?

I.2. O gestor adotou medidas para mitigar e/ou corrigir as inconsistências?

3. Escopo da Avaliação

Os trabalhos envolvem a análise da consistência da folha de pagamentos das unidades jurisdicionadas, com base na verificação da legalidade dos pagamentos dos servidores públicos federais ativos, inativos e pensionistas, constantes da base de dados do Siape. Para tanto, foram desenvolvidas trilhas de auditoria e testadas novas metodologias para os trabalhos de auditoria de Gestão de Pessoas realizados nos órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, especialmente quanto aos procedimentos para análise da consistência do cadastro dos servidores e da folha de pagamento.

O trabalho compreendeu o processamento de base de dados de pessoal, nos meses de maio de 2011, fevereiro de 2012, julho de 2013 e janeiro de 2014, bem como da utilização das bases de dados dos últimos 5 anos (2007 a 2012 no processamento de trilhas específicas em fevereiro de 2012), e análise comparativa das informações encontradas, no Siape.

Parte das trilhas de auditoria são executadas prioritariamente sobre os pagamentos de valores incluídos manualmente na folha de pagamento, haja vista que essa forma de lançamento de rubricas nas fichas financeiras dos servidores constitui-se em uma das principais fragilidades do Siape.

Ressalta-se que a operacionalização das Trilhas envolve a execução de uma varredura no universo de informações de servidores cadastradas no Siape, por meio da verificação de várias parcelas remuneratórias pagas em um determinado mês de competência, e também de informações cadastrais que subsidiam a geração automática de rubricas de pagamento e ou a análise acerca da consistência dos dados cadastrais e sua relação com outras informações antecedentes ou supervenientes (exemplo: pensionista: filha com data de nascimento menor que a do(a) instituidor(a) de pensão).

Até a presente data foram criadas 72 trilhas de auditoria de Pessoal, a seguir relacionadas:

QUADRO 5 – Descrição das Trilhas existentes	
TRILHAS	DESCRIÇÃO DA CONSTATAÇÃO
001	Servidores com desconto de faltas ao serviço na Folha, sem o respectivo registro no Cadastro.
002	Servidores com registro de falta ao serviço no Cadastro, sem o respectivo desconto na Folha.
003	Servidores que recebem devolução de faltas.
004	Servidores com ocorrência de falta ao serviço por mais de 30 dias consecutivos.
005	Pensões que não obedeceram as regras na distribuição de cotas.
006	Servidores com jornada de trabalho superior à definida para seu respectivo cargo.
007	Servidores que recebem subsídio com valor informado ou parametrizado.
008	Servidores com devolução ao erário interrompida ou com prazo e/ou valores alterados.
009	Servidores com Subsídio recebendo parcelas incompatíveis.
010	Servidores com Complemento de Subsídio sem alteração desde sua implantação em face dos aumentos ocorridos.
011	Servidores aposentados em fundamentação exclusiva de magistério, sem ser ocupante de cargo de professor.
012	Servidores com ingresso no cargo efetivo após 25/11/95 recebendo quintos.
013A	Pensionista por dependência econômica com outro(s) vínculo(s) no SIAPE.
013B	Pensionista por dependência econômica com outro(s) vínculo(s) na iniciativa privada (RGPS e outros poderes via CNIS).
013C	Pensão incompatível com outro vínculo no serviço público (Extra-SIAPE em outro órgão público sob o regime estatutário, Montepio, Militar e RPPS).

014A	Pensionista, filha maior solteira que também é ocupante de cargo público permanente (SIAPE).
014B	Pensionista, filha maior solteira que também tem outro vínculo de pensão no qual seu estado civil não é de solteira (SIAPE).
014C	Pensionista, filha maior solteira que também é servidora pública aposentada (SIAPE).
014D	Pensionista, filha maior solteira que também tem outro vínculo de pensão no qual seu estado civil é solteira (SIAPE).
014E	Pensionista, filha maior solteira que também possui ou possuiu outro vínculo registrado no SIAPE, onde o seu estado civil é diferente de solteira.
014F	Pensionista, filha maior solteira cuja informação do sexo no SIAPE seja masculino ou inexistente.
015	Pagamentos de exercícios anteriores em prazo maior que um mês (pagamento em vários meses) e/ou em mais de uma sequência (mais de uma parcela no mês).
016	Servidores aposentados proporcionalmente que recebem as vantagens dos art. 184 ou 192.
017	Servidores que recebem DAS cheio cumulativamente com vencimento.
018	Beneficiários de pensão com mais de dois benefícios.
019	Servidores com idade superior a 70 anos ainda na situação de ativo permanente.
020	Servidores/Instituidores que ainda recebem vantagem de Representação Mensal.
021	Servidores/Instituidores com ocorrência no SIAPE de aposentadoria com provento proporcional e estão recebendo provento integral.
022	Servidores percebendo a opção referente ao cargo em comissão/DAS/CD ainda nos termos da Lei 8.911/94.
023	Pagamento de parcela referente a Quintos/Décimos em rubricas indevidas.
024	Pagamento de parcelas asseguradas judicialmente, sem o devido cadastramento no SICAJ.
025	Servidores com ocorrência de aposentadoria por invalidez, ocupando cargos efetivos ou em comissão.
026	Servidores que percebem auxílio-alimentação com valores divergentes àqueles estabelecidos pelo MP.
027	Servidores com pagamento de GSISTE com valor inconsistente.
028	Devolução de IR e PSS sem prazo na rubrica.
029	Servidores requisitados sem informação do valor da remuneração Extra-SIAPE.
030	Servidores cedidos sem informação do valor da remuneração Extra-SIAPE.
031	Inclusão de informações pelo próprio servidor habilitado no SIAPE (nível operacional), em sua respectiva folha de pagamento.
032	Servidores que percebem auxílio-alimentação em duplicidade.
033	Servidores/Instituidores/Pensionistas com remuneração superior ao Teto (com rubrica sem incidência para abate teto).
034	Servidores cedidos para órgãos recusáveis, que recebem, na origem, gratificação por desempenho/produtividade específica de sua carreira/plano de cargos.
035	Pensões concedidas após 19/02/2004 cadastradas no SIAPE em Tipos menores que 52.
036	Servidores que recebem quintos/décimos pelo módulo PIF concomitante com pagamento judicial para o mesmo objeto.

037	Servidores (ativo, aposentado e instituidor de pensão) e pensão com somatório de remuneração / provento / pensão superior ao limite estabelecido no inciso XI, art. 37, CF, com pagamento na base SIAPE.
038	Servidores com jornada reduzida que recebem hora-extra.
039	Servidores que recebem Hora Extra sem prazo.
040	Servidores com devolução do Adiantamento de Férias nos últimos 5 anos, em valor inferior ao recebido.
041	Pagamento de Adiantamento de Férias sem o respectivo desconto nos três meses subsequentes ao mês do recebimento da antecipação.
042	Servidores com devolução de Adiantamento de Férias em mais de uma parcela.
043	Servidores que recebem Vencimento Básico com valor informado em concomitância com o valor calculado pelo sistema.
044	Servidores que recebem Devoluções de PSS em duplicidade com Abono de Permanência.
045	Servidores que recebem vantagens calculadas sobre GAE e que não recebem GAE.
046	Vant. Art. 184, Lei 1711 ou Art. 192, Lei 8112 - Parametrização da Rubrica considera nível salarial diferente do nível salarial do cargo do servidor.
047	Vant. Art. 184, Lei 1711 ou Art. 192, Lei 8112 - Tabela remuneratória do cálculo da gratificação é diferente da tabela de Remuneração do servidor.
048	Aposentados com fundamentos EC 41 em diante com vantagens do art. 192, 184 e 193.
049	Servidores que recebem Assistência Pré-Escolar fora do módulo de dependentes.
050	Servidores com rubricas de desconto lançadas como rendimentos por mais de um mês consecutivos.
051	Aposentado sem ocorrência de aposentadoria com pagamento de proventos.
052	Instituidores de pensão sem pensionista ou com pensionista excluído.
054	Aposentado e pensionista com ocorrência de exclusão por falta de recadastramento com outro vínculo de ativo, aposentado ou pensão.
055	Pagamento de Grat. Natalina/13 Salario (Nov-2011), com base de cálculo acrescida de valor superior a 30% em relação ao considerado para o cálculo da Antecipação da Grat. Natalina/13 Salario.
056	Rubricas com valor informado, seq. 1 a 5, no mês de novembro, incidindo para o cálculo da Grat. Natalina/13º Salário.
057	Rubricas com valor informado, no mês de novembro, NÃO incidindo para o cálculo da Grat. Natalina/13º Salário.
058	Aposentados com fundamentos sem paridade, recebendo rubricas incompatíveis.
059	Pensionistas excluídos por Erro de Cadastramento ou Duplicidade, com pagamento nos últimos 5 anos.
060	Pensionistas, filhos(as), que nasceram mais de um ano após o falecimento do Instituidor (pai ou mãe).
061	Pensionistas, filhos(as), que nasceram antes do Instituidor (pai ou mãe).
062	Instituidor de Pensão com datas de Ingresso no Serviço Publico Federal, Cadastro no SIAPE e Óbito, muito próximas ou iguais.
063	Instituidor de Pensão com datas de ingresso no Serviço Publico Federal posterior à data de óbito.
064	Servidores que obtiveram alteração da remuneração superior a 200% entre 2008 e 2011.

065	Servidores que obtiveram Devolução de Falta com os valores maiores do que o descontado nos últimos 5 anos.
066	Servidores aposentados pela EC 41 ou posterior com valor do Vencimento Básico informado.

No ano de 2012, quase a totalidade das Trilhas listadas no Quadro 5 apresentou uma quantidade de não conformidades que foram comunicadas aos Gestores de RH dos respectivos órgãos. Os dados apurados em fevereiro de 2014 serviram para confirmar a evolução de cada situação apresentada em 2012 e sua permanência ou não nos resultados já apurados.

O Anexo I apresenta as ocorrências por trilha com as quantidades e valores devolvidos com base nas respostas dos órgãos até o dia 10 de fevereiro de 2014, referente ao novo cruzamento de dados do SIAPE realizado com a base do mês de janeiro de 2014. O Anexo II traz, por órgão, o quantitativo das ocorrências da base de dados de fevereiro de 2012, e da base de dados de janeiro de 2014, as respostas e as pendências e respectivo valor indicado para devolução ao Erário.

No anexo III fica evidenciado que na maioria das 72 Trilhas, com exceção das trilhas 008A, 008B, 040, 055, 056, 057, 059, 064 e 065 (trilhas que avaliam o período de 5 anos na apuração de 2012), ocorreu redução na quantidade de achados, se compararmos a extração de 2012 com a de 2014. Desse modo, essa redução evidencia que ocorreu uma evolução nos controles dos Gestores de RH e nos filtros do SIAPE. No anexo IV pode-se observar quais as trilhas estão atualmente proporcionando a implementação de melhorias no sistema.

4. Resultados

A partir dos trabalhos de extração de dados do SIAPE, da elaboração das trilhas de auditoria de pessoal e do cruzamento de bases de dados realizados pela CGU, obteve-se um conjunto de achados relatados em Notas Técnicas e encaminhados à SEGEP/MP, aos dirigentes de Recursos Humanos dos órgãos envolvidos, aos Assessores Especiais de Controle Interno dos respectivos Ministérios, às CIsETs (MD, MRE e PR), bem como aos dirigentes dos órgãos, para informação e adoção de providências com vistas à sua regularização.

Cada um dos achados resultou em discussões com os gestores responsáveis pela gestão de RH dos órgãos, a fim de, em alguns casos, gerar recomendações de caráter estruturante com vistas ao aperfeiçoamento dos controles internos. Nos Anexos I, II e III pode-se observar para quais achados as áreas técnicas responsáveis pela gestão de RH já apresentaram e adotaram providências, ou fixaram prazos para a implementação das providências pendentes. Essas recomendações são monitoradas pela CGU de acordo com o cronograma para implementação estabelecido com os gestores.

A seguir, apresentam-se os resultados para as questões e subquestões estratégicas avaliadas:

I. Os pagamentos efetuados pelos Órgãos do Poder Executivo Federal estão de acordo com a legislação vigente?

Para avaliar se os pagamentos foram feitos de acordo com a lei, foram analisados os seguintes aspectos:

- a) Aplicação de 72 (setenta e duas) trilhas de auditoria detalhadas no Anexo I;
- b) Respostas aos comunicados feitos às unidades gestoras bem como à SEGEP-MP, órgão gestor do Siape, dos resultados da aplicação das trilhas.

I.1. Houve inconsistências nos pagamentos efetuados?

Pelos resultados apresentados desde 2010 até 2014, detalhados no quadro a seguir, verifica-se a ocorrência de inconsistências da folha de pagamento, com a aplicação das trilhas de auditoria da área de pessoal.

QUADRO 6 – Evolução das inconsistências por exercício				
	2010	2011	2012(*)	2014(*)
Inconsistências	95.900	77.928	102.293	54.284
Valores	39,9 milhões	26,2 milhões	375,2 milhões	23,7 milhões
Quantidade de trilhas de auditoria	35	35	72	72

(*) Detalhado no Anexo III deste Relatório.

A variação encontrada em 2012 se deu pela inclusão de 37 novas trilhas de auditoria de pessoal ao conjunto desenvolvido, que passou a contar com 72 trilhas. As trilhas contemplam todos os órgãos integrantes do Siape.

O Anexo I traz resultado por trilha do comparativo das quantidades e valores verificados via Siape dos anos de 2012 e 2014, com as quantidades/valores de ocorrências regularizadas e não regularizadas, bem como a quantidade de novas ocorrências.

O resultado das trilhas de auditoria de pessoal realizada em 2012 apresentou a ocorrência de 102.293 situações nas quais os pagamentos apresentavam indícios de irregularidades, conforme se verifica no Anexo I deste relatório. Todas as ocorrências foram encaminhadas aos gestores dos órgãos responsáveis pelos pagamentos. Em Reais o quantitativo de ocorrências corresponde a R\$ 375,2 milhões. Se forem consideradas apenas as unidades jurisdicionadas da SFC/CGU, pode-se verificar a ocorrência de 92.842 inconsistências, que corresponde a R\$ 356,7 milhões, conforme se verifica no Anexo II deste relatório.

Os Gestores apresentaram explicação, até 10 de fevereiro de 2014, para 69.558 casos, que representam R\$ 282,9 milhões, com indicação de devolução ao Erário R\$ 32,7 milhões, conforme se verifica no Anexo I deste relatório. No entanto, além dos valores lançados para devolução aos cofres públicos devem ser contabilizados como ganho também a suspensão de pagamentos decorrentes das correções realizadas nos cadastros ou pagamentos dos servidores e pensionistas. O detalhamento dos quantitativos de achados por órgão encontra-se detalhado no Anexo II.

1.2. O gestor adotou medidas para mitigar e/ou corrigir as inconsistências?

O Anexo I apresenta comparativo dos achados por trilha referente às bases de dados dos meses de fevereiro de 2012 e janeiro de 2014, contendo quantidade de casos constatados, valores do impacto desembolsado, quantidades regularizadas e valores regularizados nos respectivos meses. Ressalta-se que os quantitativos apresentados no mês de janeiro de 2014 correspondem apenas aos casos remanescentes, ou seja, aqueles encontrados em fevereiro de 2012 e não corrigidos até aquela data.

O montante de recursos devolvidos ao Erário informado pelos Gestores da área de Recursos Humanos, até 10 de fevereiro de 2014, corresponde a aproximadamente R\$ 32,7 milhões. Ressalte-se que não foi possível verificar se para todos os casos corrigidos pelas unidades de Recursos Humanos, os valores recebidos indevidamente já foram levantados para devolução ao Erário na forma da lei.

Considerando os levantamentos das trilhas (fevereiro de 2012 e fevereiro de 2014) e as respostas dos órgãos conforme demonstrado no Anexo I e Anexo II deste Relatório, a economia real decorrente das mitigações/correções dos casos apontados já produziu uma redução mensal na folha de pagamento no valor de R\$ 16,7 milhões ao mês e de R\$ 217,1 milhões ao ano. A economia efetiva até dezembro de 2014 é de R\$ 1,181 bilhão.

As constatações das trilhas de Auditoria de Pessoal e pendências de providências foram ou serão inseridas em novas ações de controle até a sua completa regularização, mediante o processo de monitoramento objeto do Sistema Web implantado pela CGU. Com esse sistema será possível obter informações mais precisas, padronizadas e atualizadas sobre as ações adotadas pelos gestores acerca das questões apontadas pelas trilhas, possibilitando ao gestor acompanhar via web a situação dos casos apontados em sua unidade perante a SFC/CGU.

Das informações apresentadas no Anexo II destacamos no Quadro 7 alguns órgãos com dados mais significativos, classificados pela quantidade final sem respostas e respectivo percentual, a saber :

QUADRO 7 classificação pela quantidade final sem resposta						
Sigla do Órgão	RESULTADO DA NT Nº 1.245/2012		RESULTADO VIA INFORMAÇÃO DO GESTOR - Data de Referência 10/02/2014			
	Ocorrências apontadas	Valor de ocorrências	Quantidade sem Informação de providência	Valor sem Informação de providência	Devolução ao Erário informado pelo Gestor	% de pendências não mitigadas
UFRJ	19.359	11.749.681,74	18.867	11.329.129,31	-	97,45
MS	10.760	25.174.298,35	1.151	2.468.403,36	2.244.207,16	10,69
MAPA	2.140	11.742.434,11	1.058	6.162.837,16	858.895,99	49,43
MF	7.917	71.509.326,36	993	38.815.667,24	1.750.813,81	12,54

Dentre os 4 (quatro) órgãos que permanecem com maior índice de inconsistências, merece destaque a UFRJ que permanece com 97,45% de pendências, quando comparadas com o quantitativo inicial (fevereiro de 2012).

O quadro 8 apresenta os 6 (seis) órgãos com maiores índices de inconsistências sem respostas até 10 de fevereiro de 2014. No ranking, o INSS é o destaque positivo quanto a quantidade de correções e suspensões de pagamentos, ressaltando, ainda, o montante de devolução ao Erário indicado. Aludida entidade saiu da 4ª posição e passou para a 59ª, de 8.372 ocorrências apontadas, corrigiu 8.344, com mais de R\$ 16,3 milhões informado para devolução ao Erário.

QUADRO 8 – relação dos órgãos com mais inconsistências						
Sigla do órgão	Quantidade de inconsistências em fev2012	% em relação ao total em fev2012(*)	Posição inicial	QTD inconsistências em jan2014	% em relação ao total em fev2014(**)	Posição final
UFRJ	19.359	20,85	1º	18.867	69,12	1º
MS	10.760	11,58	2º	1.151	4,21	2º
MAPA	2.140	2,3	9º	1.058	3,87	3º
MF	7.917	8,52	5º	993	3,63	4º
MT	10.389	11,18	3º	450	1,64	5º
FUNASA	3.931	4,23	7º	377	1,38	6º
(...)						
INSS	8.372	9,01	4º	28	0,10	59º

(*) Total de ocorrências em fevereiro de 2012 = 92.842.

(**) Total de ocorrências em 10 de fevereiro de 2014 = 27.295.

Os números da UFRJ são tão relevantes que representam mais de 69% de todas as inconsistências ainda não respondidas. Outros órgãos jurisdicionados da CGU (MS, MAPA, MF, FUNASA e INSS) providenciaram as correções e responderam satisfatoriamente aos ofícios desta Controladoria, cujos resultados podem ser constatados no Anexo II.

Cabe registrar também, as ações do MS, MF, MT e FUNASA que adotaram medidas mais efetivas para apresentar informações sobre as inconsistências apontadas em fevereiro de 2012 em mais de 90% das ocorrências.

4.1 Da reposição de valores ao Erário

Cabe registrar que os resultados das trilhas de auditoria da SFC, inseridos no “Projeto de Melhoria da Qualidade dos Gastos da Folha de Pagamento” no âmbito do SIAPE, apresentados pelas Notas Técnicas n.º 1.139/2010, 2.321/2011, 1.245/2012 e os ajustes feitos pelos gestores de RH até dezembro de 2014 representam uma economia efetiva de cerca de R\$ 1,181 bilhão, devido às correções das irregularidades na folha de pagamento, conforme verificação na base de dados do SIAPE. O montante indicado não contempla os descontos dos atrasados reconhecidos e lançados pelos órgãos de recursos humanos até a presente data. O INSS é exemplo nas correções das inconsistências e no montante de devolução ao Erário (R\$ 16,3 milhões) até o momento, cuja situação pode ser observada no quadro 8 e nos Anexos I e II.

A seguir apresento quadro com os resultados das trilhas de auditoria, referente a economia efetiva até dezembro 2014, que demonstra que já ultrapassou a R\$1 bilhão de reais:

QUADRO 9 – Economia efetiva junho 2011 a dezembro/2014.			
Notas Técnicas / Relatórios	Economia Efetiva (em R\$)		
	Ao mês	Ao ano	Total (*)
NT n.º 1.139/2010	8,6 milhões	111,8 milhões	387 milhões
NT n.º 2.321/2011	8,8 milhões	114,4 milhões	308 milhões
NT n.º 1.245/2012	16,9 milhões	219,7 milhões	486,5 milhões
Total	34,3 milhões	445,9 milhões	1,181 bilhão

Fonte: Base de Dados do SIAPE e informações prestadas pelos órgãos – Consolidadas na Base de Dados do Sistema de Trilhas.

(*) Resultado acumulado até dezembro/2014, sem levar em consideração os ressarcimentos dos valores pagos indevidamente.

Sobre os procedimentos para reposição de valores ao Erário, a serem adotados, pelos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, em 22 de fevereiro de 2013, foi publicada no Diário Oficial da União a Orientação Normativa nº 5, de 21 de fevereiro de 2013. Referido ato dispõe, dentre outros procedimentos, que caberá ao dirigente de recursos humanos instaurar o processo administrativo após a elaboração de nota técnica, com indicação dos fatos e fundamentos jurídicos que evidenciem o pagamento indevido de parcelas remuneratórias ou indenizatórias, bem como o demonstrativo dos valores a serem ressarcidos ao Erário (arts. 4º e 5º).

A citada Orientação Normativa dispensa a reposição ao Erário dos valores recebidos de boa-fé em decorrência de errônea ou inadequada interpretação da lei por parte da administração

pública, seguindo o entendimento já consolidado pela jurisprudência do STJ e STF. Orienta, ainda, que havendo dúvida quanto ao reconhecimento da boa-fé, ou a respeito da aplicação dos institutos da prescrição ou decadência, o dirigente de recursos humanos poderá submeter o processo administrativo à análise do respectivo órgão de assessoramento jurídico (art. 3º, §§4º e 5º).

A referida Orientação Normativa dispõe ainda sobre apuração de responsabilidade do agente que deu causa ao pagamento indevido e também em caso de omissão do dirigente de recursos humanos, a seguir transcreve-se inteiro teor dos dispositivos em comento:

“Art. 13. A responsabilidade daquele que tenha dado causa ao pagamento indevido será apurada por meio de sindicância ou processo administrativo disciplinar, nos termos da Lei nº 8.112, de 1990, sem prejuízo da apuração da responsabilidade civil e penal.

Art. 14. A omissão do dirigente de recursos humanos no cumprimento desta Orientação Normativa ensejará sua responsabilização administrativa, civil e penal”.

Diante do exposto, acerca da devolução ao Erário, ficou demonstrado que mesmo na hipótese de incidência da boa-fé do servidor, aposentado e pensionista, o resultado das trilhas surte efeito positivo, quando da correção dos erros por parte da Administração.

Entretanto, é necessário que o Dirigente de Recursos Humanos tenha condições de fazer o reconhecimento da boa-fé ou da má-fé e aplicar os institutos da prescrição e da decadência, visando à uniformização de procedimento, economia processual e celeridade no deslinde das apurações administrativas e de eventuais processos administrativos disciplinares. Nesse sentido, sugere-se a complementação da Orientação Normativa nº 5/2013, da SEGEP-MP, tendo por base o ordenamento jurídico e jurisprudencial, para dispor detalhadamente sobre o procedimento a ser adotado quanto ao ato:

1) praticado há mais de cinco anos na hipótese de:

- a) má fé não comprovada, e
- b) má fé comprovada;

2) praticado há menos de cinco anos:

- a) má fé não comprovada e erro escusável de interpretação pela Administração;
- b) má fé não comprovada e erro inescusável de interpretação pela Administração;
- c) má fé comprovada e erro escusável de interpretação pela Administração;
- d) má fé comprovada e erro inescusável de interpretação pela Administração.

A complementação sugerida deve indicar, ainda, se deve a Administração anular o ato e se

os valores são repetíveis ou não pelo beneficiado e, ainda, indicar quanto a responsabilização subsidiária de quem implanta (e na hipótese de não comprovada a responsabilidade de quem implanta o pagamento que o prejuízo seja imputado à União), bem como em que casos deve ser efetuado o desconto em contracheque (arts. 46 e 47 da Lei nº 8.112/90) e quando deve ocorrer providências para a inscrição na Dívida Ativa da União.

5. Conclusão

O Siape gera em torno de 1,6 milhões de fichas financeiras por mês, para servidores ativos, aposentados, instituidores de pensão, contratos temporários, e beneficiários de pensão, cujo desembolso da União para pagamento, em dezembro de 2013, correspondeu a cerca de 10 bilhões de reais. Tais quantitativos e valores demonstram a relevância social e a necessidade de ações contínuas de auditoria nesta base de dados, como medida preventiva e de controle.

Considerando a relevância e a materialidade dos recursos envolvidos, e visando buscar um sistema mais seguro, a CGU avaliou a execução desses pagamentos sob aspectos considerados estratégicos para o atendimento da sua finalidade, a saber:

I. Os pagamentos efetuados pelos Órgãos do Poder Executivo Federal estão de acordo com a legislação vigente?

Os trabalhos comprovaram que parte dos pagamentos não estavam de acordo com a legislação vigente.

I.1. Houve inconsistências nos pagamentos efetuados?

Pelos resultados apresentados desde 2010 até 2014, foram indicadas mais de 330 mil inconsistências na folha de pagamento, apuradas com a aplicação das trilhas de auditoria da área de pessoal. Todas as ocorrências foram encaminhadas aos gestores dos órgãos responsáveis pelos pagamentos.

Esclareço que o trabalho já apresentou uma economia em torno de R\$ 1,2 bilhão com a suspensão e correção de pagamentos indevidos, acumulado até dezembro 2014.

I.2. O gestor adotou medidas para mitigar e/ou corrigir as inconsistências?

No que tange a correção das inconsistências pode-se afirmar que a maioria dos órgãos tem atuado de modo a reduzir os problemas encontrados. Esclareço que atualmente existem pendentes 32.735 inconsistências sem informações de providências por parte do Gestor.

Dos 243 órgãos são auditados pela CGU, 102 já apresentaram justificativas para 100% das inconsistências apresentadas pela CGU, o que representa cerca de 42% do total dos órgãos. Cabe salientar que 129 órgãos encontram-se com 5% ou menos de inconsistências pendentes de manifestação.

Dos restantes (12 órgãos) que se encontram com mais 5% das inconsistências pendentes de justificativas, a maior concentração é na UFRJ. Os números desta universidade são tão relevantes que representam mais de 69% de todas as inconsistências ainda não respondidas.

O destaque positivo na correção das inconsistências e na devolução ao Erário, é o INSS, com mais de 8.344 providências e informações das inconsistências apontadas, e R\$ 16 milhões de devolução ao Erário.

Quanto à questão da mitigação das inconsistências o Ministério do Planejamento vem adotando providências de regularização e aprimoramento dos mecanismos de controle do SIAPE. Para 17 trilhas apresentadas pela CGU foram realizados ajustes e/ou modificações no SIAPE que possibilitaram a mitigação e até mesmo a eliminação das inconsistências.

No entanto, parte das medidas saneadoras depende de criação de filtros de controle interno no SIAPE, cuja ação de implementação ocorrerá a médio e longo prazo. Como exemplo podemos citar o Módulo Afastamento do SIAPE, que se encontra em fase de homologação que aprimorará o controle de 5 trilhas. O detalhamento das ações do MP encontra-se no Anexo IV deste Relatório. O MP trabalha também na elaboração de um novo Sistema de Pessoal o SIGEPE, que em sua elaboração trabalha com os achados da CGU para aprimorar os filtros e controles internos.

Em termos de números pode ser evidenciado quando se compara a quantidade de ocorrências de 2014 em relação a 2012, uma redução de 47% das inconsistências encontradas pela CGU, pois foram apontadas 102.293 inconsistências e atualmente o número de inconsistência caiu para 54.284.

Diante da importância do tema e considerando que as inconsistências identificadas são individualmente acompanhadas e monitoradas pela CGU até a confirmação de seu efetivo atendimento, conclui-se **pela necessidade de ações de controle contínuas** para acompanhamento destas inconsistências e respectivas soluções, a exemplo da efetiva implantação e aprimoramento do Sistema de Trilhas Web. E, visando aferir a aderência dos pagamentos (novos e daqueles ainda não contemplados com as atuais trilhas) aos ditames legais, e diante da relevância e materialidade dos gastos envolvidos, tanto para Administração Pública quanto para a sociedade, **sugere-se manter ação para desenvolver e implantar novas trilhas.**

Resultado comparativo das quantidades e valores das ocorrências com base nas respostas dos órgãos e do novo cruzamento do sistema Siape - demonstração por trilha.

		RESULTADO DA NT N° 1.245/2012 – Base de Dados Fevereiro 2012		RESULTADO VIA SISTEMA - Base de Dados Janeiro de 2014				RESULTADO VIA INFORMAÇÃO DO GESTOR - Data de Referência 10/02/2014					
Trilha	Nome da Trilha	Ocorrências Apontadas	Valor das ocorrências	Quant. atual	Valor atual	Quantidade Regularizada	Valor Regularizado	Quantidade de Ocorrências informadas	Valor de Ocorrências Respondidas	Quant. sem informação de providência	Valor sem informação de providência	Devolução ao erário informada pelo Gestor	% de Pendência por trilha
001	Servidores com desconto de faltas ao serviço na Folha, sem o respectivo registro no Cadastro	6.768	-	NÃO SE APLICA				5.835	-	933	-	14.786,91	2,85%
002	Servidores com registro de falta ao serviço no Cadastro, sem o respectivo desconto na Folha	109	-	NÃO SE APLICA				69	-	40	-	15.802,57	0,12%
003	Servidores que recebem devolução de faltas anteriormente descontadas	141	-	NÃO SE APLICA				102	-	39	-	6.923,13	0,12%
004	Servidores com ocorrência de falta ao serviço por mais de 30 dias consecutivos	31	-	NÃO SE APLICA				25	-	6	-	3.213,81	0,02%
005	Pensões que não obedeceram as regras na	1.068	1.371.232,40	655	919.565,50	413	451.666,90	566	916.192,29	502	455.040,11	127.932,19	1,53%

013A	Pensionista por dependência econômica com outro(s) vínculo(s)	76	440.563,89	53	426.703,41	23	13.860,48	60	331.448,45	16	109.115,44	96.028,75	0,05%
014A	Pensionista, filha maior solteira que também é ocupante de cargo público	17	39.940,58	2	4.136,79	15	35.803,79	11	21.220,62	6	18.719,96	-	0,02%
014B	Pensionista, filha maior solteira que também tem outro vínculo de pensão no qual seu estado civil não é de solteira (Siape)	45	186.325,28	19	111.359,72	26	74.965,56	19	63.790,49	26	122.534,79	-	0,08%
014C	Pensionista, filha maior solteira que também é servidora pública aposentada (Siape)	87	524.469,98	47	391.776,24	40	132.693,74	60	392.363,89	27	132.106,09	-	0,08%
014D	Pensionista, filha maior solteira que também tem outro vínculo de pensão no qual seu estado civil é solteira (Siape)	106	283.632,08	36	121.530,46	70	162.101,62	57	171.998,35	49	111.633,73	-	0,15%
014E	Pensionista, filha maior solteira que também possui ou possuiu outro vínculo registrado no Siape, onde o seu estado civil é diferente de solteira	260	850.864,74	191	691.006,81	69	159.857,93	145	365.419,20	115	485.445,54	2.961,43	0,35%
014F	Pensionista, filha maior solteira cuja informação do sexo no Siape seja masculino ou inexistente	47	107.156,66	11	19.210,93	36	87.945,73	19	39.936,93	28	67.219,73	-	0,09%

034	(com rubrica sem incidência para abate teto)	Servidores cedidos para órgãos recusáveis, que recebem, na origem, gratificação por desempenho/produktividade específica de sua carreira/plano de cargos.	825	1.448.575,28	349	582.905,42	476	865.669,86	504	842.939,58	321	605.635,70	461.445,56	0,98%
035		Pensões concedidas após 19/02/2004 cadastradas no SIApe em Tipos menores que 52	9.081	25.008.987,18	202	-	8.879	25.008.987,18	8.656	23.395.112,64	425	1.613.874,54	3.250.347,04	1,30%
036		Servidores que recebem quintos/décimos pelo módulo PIF concomitante com pagamento judicial para o mesmo	1.870	1.190.449,81	1.870	887.484,71	777	302.965,10	2.527	1.110.864,87	120	79.584,94	428.032,27	0,37%
037		Servidores (ativo, aposentado e instituidor de pensão) e pensão com somatório de remuneração / provento / pensão superior ao limite estabelecido no inciso XI, art. 37, CF, com pagamento na base SIApe.	151	424.092,00	-	-	151	424.092,00	64	145.021,93	87	279.070,07	-	0,27%
040		Servidores com devolução do Adiantamento de Férias nos últimos 5 anos, em valor inferior ao recebido.	9.569	24.806.762,01	-	-	-	-	8.229	21.749.150,24	1.340	3.057.611,77	1.797.037,48	4,09%

041	Pagamento de Adiantamento de Férias sem o respectivo desconto nos três meses subsequentes ao mês do recebimento da antecipação.	417	923.100,13	2	3.850,95	415	919.249,18	397	874.662,31	20	48.437,82	38.039,92	0,06%
042	Servidores com devolução de Adiantamento de Férias em mais de uma parcela.	68	37.336,04	8	854,37	60	36.481,67	65	18.529,46	3	18.806,58	-	0,01%
043	Servidores que recebem Vencimento Básico com valor informado em concomitância com o valor calculado pelo sistema.	511	637.068,23	105	134.394,86	406	502.673,37	398	486.631,20	113	150.437,03	1.188.817,89	0,35%
044	Servidores que recebem Devoluções de PSS em duplicidade com Abono de Permanência.	170	31.442,78	-	-	170	31.442,78	127	22.989,14	43	8.453,64	37.871,06	0,13%
045	Servidores que recebem vantagens calculadas sobre GAE e que não recebem GAE.	1.207	188.432,87	447	61.305,94	760	127.126,93	960	125.732,20	247	62.700,67	1.225.688,42	0,75%
046	Vant. Art. 184, Lei 1711 ou Art. 192, Lei 8112 - Parametrização da Rubrica considera nível salarial diferente do nível salarial do cargo do servidor.	212	147.171,98	44	26.837,11	168	120.334,87	128	83.294,32	84	63.877,66	405.080,47	0,26%
047	Vant. Art. 184, Lei 1711 ou Art. 192, Lei 8112 - Tabela remuneratória do cálculo da	1.529	886.232,06	393	124.591,80	1.136	761.640,26	1.131	516.711,83	398	369.520,23	1.745.528,25	1,22%

[illegible]

[illegible]

Resultado comparativo das quantidades e valores das ocorrências com base nas respostas dos órgãos e do novo cruzamento do sistema Siape - demonstração por órgão.

Órgão	Sigla Do Órgão	RESULTADO DA NT N° 1.245/2012 BASE DE DADOS FEV/2012		RESULTADO VIA SISTEMA - Base de Dados Janeiro de 2014						RESULTADO VIA INFORMAÇÃO DO GESTOR - Data de Referência 10/02/2014					
		Ocorrências apontadas	Valor de ocorrências	Quant. Atual	Valor atual	Quant. regularizada	Valor regularizado	Não se aplica *		Quant. Ocorrências informadas	Valor das Ocorrências Respondidas	Quant. sem informação de providência	Valor sem informação de providência	Devolução ao Erário informada pelo Gestor	% de pendência acumulada por Órgão
26245	UFRJ	19.359	11.749.681,74	17.642	10.350.661,00	1.482	916.567,98	Quant	Valor	492	420.552,43	18.867	11.329.129,31	-	69,12%
25000	MS	10.760	25.174.298,35	1.210	352.446,79	3.887	2.951.860,12	5663	21.869.991,44	9.609	22.705.894,99	1.151	2.468.403,36	2.244.207,16	73,34%
13000	MAPA	2.140	11.742.434,11	319	323.212,13	800	689.428,33	1021	10.729.793,65	1.082	5.579.596,95	1.058	6.162.837,16	858.895,99	77,22%
17000	MF	7.917	71.509.326,36	1.670	1.347.831,83	4.784	16.948.622,59	1463	53.212.871,94	6.924	32.693.659,12	993	38.815.667,24	1.750.813,81	80,85%
49000	MT	10.389	18.962.548,40	4.497	412.941,69	4.419	9.174.659,98	1473	9.374.946,73	9.939	18.616.664,97	450	345.883,43	1,10	82,50%
36205	FUNASA	3.931	18.080.582,38	174	116.126,73	1.040	515.227,66	2717	17.449.227,99	3.554	17.670.382,67	377	410.199,71	3.337.182,84	83,88%
20115	DPF	832	9.613.125,30	77	132.094,38	141	340.195,73	614	9.140.835,19	546	4.095.265,64	286	5.517.859,66	119.483,38	84,93%
40301	CNEN	216	656.598,90	45	48.376,16	46	43.121,34	125	565.101,40	17	62.943,55	199	593.655,35	-	85,66%
26262	UNIFESP	1.192	2.788.289,58	34	2.715,39	177	17.447,94	981	2.768.126,25	1.007	2.770.314,96	185	17.974,62	20.719,22	86,34%
26235	UFGO	175	660.377,66	57	25.970,46	53	18.183,00	65	616.224,20	6	17.867,24	169	642.510,42	-	86,96%
20113	MP	981	1.876.788,05	193	48.679,72	392	455.073,50	396	1.373.034,83	818	1.708.737,54	163	168.050,51	579.377,04	87,55%
26207	CEFET/ES	161	948.850,84					161	948.850,84	-	-	161	948.850,84	-	88,14%

40802	EX-TER/AC	156	864.953,10	18	38.956,45	122	202.722,46	16	623.274,19	-	-	156	864.953,10	-	88,72%
45205	IBGE	1.126	506.928,83	69	72.658,74	164	108.512,34	893	325.757,75	974	308.746,08	152	198.182,75	36.093,67	89,27%
39252	DNIT	178	244.058,52	20	13.365,62	86	94.027,68	72	136.665,22	43	61.456,67	135	182.601,85	8.292,51	89,77%
40803	EX-TER/RO	391	2.867.303,72	71	2.926,48	179	933.971,72	141	1.930.405,52	262	808.846,81	129	2.058.456,91	-	90,24%
26271	UNB	266	798.503,24	51	28.547,23	83	56.078,12	132	713.877,89	146	105.637,11	120	692.866,13	43.963,49	90,68%
36201	FIOCRUZ	353	602.331,13	44	25.644,27	242	279.610,63	67	297.076,23	233	541.329,84	120	61.001,29	236.052,73	91,12%
26270	FUAM	140	267.236,36	5	582,09	62	104.812,00	73	161.842,27	33	34.541,91	107	232.694,45	-	91,51%
26220	CEFET/SP	116	1.045.535,22	NÃO SE APLICA				116	1.045.535,22	15	795.809,04	101	249.726,18	-	91,88%
26239	UFPA	231	561.263,78	27	361,72	92	49.605,52	112	511.296,54	138	519.131,82	93	42.131,96	-	92,22%
26206	CEFET/CE	87	1.646.314,24	NÃO SE APLICA				87	1.646.314,24	-	-	87	1.646.314,24	-	92,54%
26000	MTB	986	5.718.926,98	80	67.748,83	434	162.092,98	472	5.489.085,17	904	5.659.053,48	82	59.873,50	211.263,07	92,84%
26233	UFCE	430	1.107.167,23	52	21.233,64	135	56.956,51	243	1.028.977,08	352	1.018.254,56	78	88.912,67	70,95	93,13%
26252	UFGO	77	723.758,56	15	3.139,57	10	14.299,73	52	706.319,26	-	-	77	723.758,56	-	93,41%
40801	EX-TER/AP	1.633	4.239.594,64	551	283.613,46	353	235.508,59	729	3.720.472,59	1.557	4.150.847,64	76	88.747,00	1.538,58	93,69%
42201	INCRA	430	1.078.076,73	42	26.294,14	195	303.632,36	193	748.150,23	360	948.537,11	70	129.539,62	198.516,98	93,94%
26217	CEFETQ-RJ	69	645.533,73	NÃO SE APLICA				69	645.533,73	-	-	69	645.533,73	-	94,20%
26403	IFAM	65	23.020,65	17	1.414,76	13	6.146,60	35	15.459,29	1	1.145,22	64	21.875,43	-	94,43%
26246	UFSC	460	1.133.893,08	26	2.373,48	171	73.406,52	263	1.058.113,08	399	620.300,75	61	513.592,33	67.574,99	94,65%
24203	FUNARTE	59	95.998,83	13	17.862,60	13	(1.051,47)	33	79.187,70	-	-	59	95.998,83	-	94,87%
26402	IFAL	103	59.846,14	14	2.062,24	23	14.925,89	66	42.858,01	46	45.310,71	57	14.535,43	-	95,08%
26203	CEFET/AM	56	107.708,50	NÃO SE APLICA				56	107.708,50	-	-	56	107.708,50	-	95,28%
26414	IFMT	54	79.882,26	5	7.195,94	23	28.609,41	26	44.076,91	1	1.253,23	53	78.629,03	-	95,48%
15000	MEC	329	1.157.331,74	3	4.449,84	109	49.043,96	217	1.103.837,94	281	1.099.757,73	48	57.574,01	98.550,80	95,65%
26279	UFPI	46	666.263,19	1	921,00	16	4.903,40	29	660.438,79	-	-	46	666.263,19	-	95,82%
26282	UFV	135	228.542,76	10	2.996,13	49	9.492,41	76	216.054,22	89	145.138,01	46	83.404,75	125.419,54	95,99%
26236	UFF	542	1.197.363,54	49	1.134,03	219	282.321,98	274	913.907,53	498	973.516,52	44	223.847,02	-	96,15%
26202	CEFET/AL	99	277.231,19	NÃO SE APLICA				99	277.231,19	56	97.930,20	43	179.300,99	-	96,31%
26298	CAPEB	46	42.886,46	34	22.580,36	3	5.479,07	9	14.827,03	3	4.631,21	43	38.255,25	-	96,47%
26341	EAFSOMB RIO	50	33.191,63	NÃO SE APLICA				50	33.191,63	10	12.928,38	40	20.263,25	-	96,61%

26250	UFRR	39	43.539,82	15	4.196,06	10	2.967,74	14	36.376,02	-	-	39	43.539,82	-	96,76%
26439	IFSP	273	84.959,76	32	11.979,20	14	7.629,11	227	65.351,45	235	75.954,70	38	9.005,06	927,28	96,90%
39250	ANIT	60	244.848,74	5	16.310,00	6	18.958,90	49	209.579,84	24	51.808,36	36	193.040,38	980,30	97,03%
26424	IFTO	37	21.814,19	17	8.090,14	4	3.257,15	16	10.466,90	1	675,96	36	21.138,23	-	97,16%
26213	CEFET/PB	33	395.141,42	NÃO SE APLICA				33	395.141,42	-	-	33	395.141,42	-	97,28%
26268	UNIR	33	59.467,56	-	-	1	-	32	59.467,56	1	1.000,89	32	58.466,67	-	97,40%
26280	FUFSCAR	33	23.447,27	9	37,90	18	9.653,47	6	13.755,90	1	629,71	32	22.817,56	-	97,52%
26260	UNIFAL-MG	28	37.052,77	3	226,86	12	13.384,18	13	23.441,73	-	-	28	37.052,77	-	97,62%
26275	UFAC	138	69.175,83	106	36.022,98	10	5.953,77	22	27.199,08	110	49.152,30	28	20.023,53	-	97,72%
57202	INSS	8.372	95.191.677,05	654	536.919,30	2.035	967.835,03	5683	93.686.922,72	8.344	95.138.605,28	28	53.071,77	16.396.839,87	97,82%
26243	UFRN	371	1.349.587,76	48	11.923,48	65	22.521,48	258	1.315.142,80	346	1.328.480,34	25	21.107,42	13.469,89	97,92%
26210	ETF/MT	24	56.780,17	NÃO SE APLICA				24	56.780,17	-	-	24	56.780,17	-	98,00%
26326	CEFET/MT	20	85.920,88	NÃO SE APLICA				20	85.920,88	-	-	20	85.920,88	-	98,08%
40804	EX-TER/RR	385	538.552,78	1	-	214	238.734,27	170	299.818,51	365	496.096,36	20	42.456,42	65.875,07	98,15%
26201	C.PEDROII	417	915.146,74	23	39.500,23	327	655.175,76	67	220.470,75	398	791.815,64	19	123.331,10	199.797,29	98,22%
26325	CEFET/URUT	19	82.235,17	NÃO SE APLICA				19	82.235,17	-	-	19	82.235,17	-	98,29%
40108	MCT	893	441.090,21	624	110.365,12	212	191.151,41	57	139.573,68	875	436.210,92	18	4.879,29	-	98,36%
30204	INPI	61	148.787,20	21	27.016,91	11	24.510,65	29	97.259,64	45	115.824,61	16	32.962,59	-	98,41%
26406	IFES	108	410.302,13	8	2.163,79	36	17.931,46	64	390.206,88	93	405.289,87	15	5.012,26	279.271,40	98,47%
26223	ETF/PALMAS	14	26.633,55	NÃO SE APLICA				14	26.633,55	-	-	14	26.633,55	-	98,52%
26301	EAFMANAUS	14	21.224,69	NÃO SE APLICA				14	21.224,69	-	-	14	21.224,69	-	98,57%
26423	IFSE	54	92.422,65	20	9.355,46	17	3.798,17	17	79.269,02	42	86.127,67	12	6.294,98	-	98,62%
26222	CEFET/RR	11	37.295,46	NÃO SE APLICA				11	37.295,46	-	-	11	37.295,46	-	98,66%
26331	EAFARAGUAT	11	23.598,86	NÃO SE APLICA				11	23.598,86	-	-	11	23.598,86	-	98,70%
26352	UFABC	26	35.627,95	-	-	1	109,17	25	35.518,78	15	35.518,78	11	109,17	-	98,74%
26413	IFTRIANNING	52	72.984,74	18	4.464,36	20	15.708,02	14	52.812,36	41	71.218,21	11	1.766,53	-	98,78%
26240	UFPB	157	584.031,08	21	29.227,72	33	27.189,55	103	527.613,81	147	577.715,97	10	6.315,11	26.256,55	98,81%
26435	IFRN	39	266.503,04	2	95,42	18	17.863,07	19	248.544,55	29	264.638,24	10	1.864,80	-	98,85%

20000	MU	144	286.035,92	29	14.307,34	42	35.553,11	73	236.175,47	135	281.136,56	9	4.899,36	183.678,54	98,88%
23000	MPS	131	334.751,60	14	14.574,07	47	16.451,17	70	303.726,36	122	323.060,70	9	11.690,90	89.945,67	98,92%
26244	UFRGS/RS	356	474.849,60	13	1.616,15	252	48.858,77	91	424.374,68	347	445.782,49	9	29.067,11	263.871,75	98,95%
26249	UFRRJ	52	86.123,73	16	4.502,74	10	17.610,63	26	64.010,36	43	77.423,76	9	8.699,97	41.196,09	98,98%
26401	IFAC	9	12.058,43	-	-	1	400,08	8	11.658,35	-	-	9	12.058,43	-	99,01%
26405	IFCE	107	620.784,05	71	22.358,58	14	1.372,98	22	597.052,49	98	620.156,79	9	627,26	-	99,05%
36207	ANVS	106	459.284,43	18	11.660,86	25	26.248,30	63	421.375,27	97	438.874,43	9	20.410,00	13.500,67	99,08%
24205	FBN	33	49.519,27	6	12.852,00	14	(3.458,04)	13	40.125,31	25	40.125,31	8	9.393,96	-	99,11%
26106	FNDE	109	133.391,82	7	7.306,30	51	77.184,34	51	48.901,18	101	124.936,10	8	8.455,72	11.278,68	99,14%
26107	INEP	23	32.162,42	5	7.515,60	5	302,02	13	24.344,80	15	25.636,63	8	6.525,79	10.511,35	99,17%
26269	UNIRIO	115	113.539,53	22	19.190,38	53	20.004,50	40	74.344,65	107	107.620,40	8	5.919,13	4.376,30	99,20%
26319	TA EAFSTOAN	8	9.572,83	NÃO SE APLICA				8	9.572,83	-	-	8	9.572,83	-	99,23%
26422	IFCARTARIN A	49	75.600,17	15	4.805,05	13	13.741,08	21	57.054,04	41	60.496,52	8	15.103,65	166.691,85	99,26%
26408	IFMA	91	122.021,19	10	3.137,68	33	66.253,61	48	52.629,90	84	121.431,99	7	589,20	11.666,98	99,28%
26234	UFES	223	1.388.641,05	8	2.642,07	51	9.117,49	164	1.376.881,49	216	1.383.510,10	7	5.130,95	157.535,25	99,31%
26238	UFMG	529	1.861.068,33	6	4.280,67	151	58.579,13	372	1.798.208,53	522	1.847.540,48	7	13.527,85	1.021.547,59	99,33%
26242	UFPE	187	695.604,68	84	26.488,31	25	32.743,42	78	636.372,95	180	675.403,80	7	20.200,88	-	99,36%
26276	UFMT	288	559.739,43	142	135.886,35	101	261.695,10	45	162.157,98	281	552.269,99	7	7.469,44	540.246,19	99,38%
26419	IFRS	36	248.600,58	6	553,98	7	3.641,51	23	244.405,09	29	246.307,12	7	2.293,46	692,61	99,41%
44205	ANA	26	87.545,45	2	14.550,40	4	18.277,60	20	54.717,45	19	46.758,52	7	40.786,93	3.614,46	99,44%
57201	F.CENTRO	26	68.473,84	2	1.064,20	13	47.980,35	11	19.429,29	19	51.956,38	7	16.517,46	335,53	99,46%
26218	CEFET/RN	27	120.905,12	NÃO SE APLICA				27	120.905,12	21	30.075,87	6	90.829,25	-	99,48%
26231	UFAL	185	362.834,25	27	6.917,98	94	6.345,82	64	349.570,45	179	311.979,03	6	50.855,22	227.209,58	99,51%
26237	UFJF	160	347.834,30	84	115.099,90	26	21.435,71	50	211.298,69	154	314.742,34	6	33.091,96	7.352,26	99,53%
26332	EAFACER ES	6	11.257,04	NÃO SE APLICA				6	11.257,04	-	-	6	11.257,04	-	99,55%
20224	ANCINE	6	10.174,92	-	-	1	22,30	5	10.152,62	1	1.558,98	5	8.615,94	-	99,57%
30203	INMETRO	30	64.237,69	3	346,96	7	7.716,94	20	56.173,79	25	60.197,00	5	4.040,69	13.215,04	99,59%
32300	ANP	35	109.573,00	2	-	5	16.435,00	28	93.138,00	30	93.138,00	5	16.435,00	-	99,60%
36208	ANS	23	72.574,39	-	-	6	21.236,20	17	51.338,19	18	51.412,19	5	21.162,20	-	99,62%

40111	MMA	34	48.695,76	4	10.122,00	8	5.520,20	22	32.053,56	29	42.615,96	5	5.078,80	3.856,33	99,64%
56000	MCID	22	80.579,61	-	-	1	3.354,14	21	77.225,47	17	41.398,91	5	39.180,70	5.241,70	99,66%
26257	CEFET/MG	69	312.254,32	5	352,48	14	3.981,53	50	307.920,31	65	311.708,81	4	545,51	69.524,63	99,67%
26416	IFPA	116	219.619,89	14	3.296,86	33	79.553,30	69	136.769,73	112	215.376,58	4	4.243,31	303,50	99,69%
40604	EMBRATUR	12	14.232,80	7	4.840,44	2	1.247,40	3	8.144,96	8	4.970,00	4	9.262,80	-	99,70%
44206	JBRJ	13	11.911,59	4	2.341,28	4	3,40	5	9.566,91	9	9.566,91	4	2.344,68	-	99,72%
26248	UFRPE	84	137.860,61	6	2.124,08	54	26.457,69	24	109.278,84	81	130.498,64	3	7.361,97	726,66	99,73%
26254	UFTM	142	370.965,87	4	146,61	46	2.818,65	92	368.000,61	139	368.234,16	3	2.731,71	723,60	99,74%
26256	CEFET/RJ	50	45.631,60	7	5.523,82	25	4.925,96	18	35.181,82	47	41.251,72	3	4.379,88	-	99,75%
26277	FUFOP	71	156.969,27	5	2.089,82	33	327,15	33	154.552,30	68	156.599,42	3	369,85	60.713,09	99,76%
26285	FUNREI	19	21.836,00	-	-	8	1.090,32	11	20.745,68	16	21.542,85	3	293,15	797,17	99,77%
26286	UNIFAP	14	17.538,22	3	3.586,54	4	3.332,03	7	10.619,65	11	14.206,19	3	3.332,03	2.460,04	99,78%
26304	EAFIGUATU	3	4.268,19	NÃO SE APLICA				3	4.268,19	-	-	3	4.268,19	-	99,79%
26430	IFSERTPE	16	12.643,66	1	37,90	3	1.415,74	12	11.190,02	13	8.319,31	3	4.324,35	-	99,81%
26431	IFPI	27	20.226,78	9	2.479,56	7	827,72	11	16.919,50	24	19.426,78	3	800,00	-	99,82%
40603	SUFRAMA	26	127.754,48	-	-	9	1.098,34	17	126.656,14	23	125.111,25	3	2.643,23	28.712,89	99,83%
54000	MTUR	8	17.240,40	2	1.415,84	1	2.360,66	5	13.463,90	5	13.463,90	3	3.776,50	4.131,37	99,84%
30202	FUNAI	199	847.020,87	4	1.176,42	43	17.288,18	152	828.556,27	197	843.386,85	2	3.634,02	80.579,94	99,85%
26105	I.B.CONST	26	13.899,92	2	5.222,52	22	5.651,09	2	3.026,31	24	12.172,89	2	1.727,03	-	99,85%
26251	FUFT	21	27.574,23	1	-	2	4.922,87	18	22.651,36	19	27.556,45	2	17,78	-	99,86%
26292	FIN	10	7.140,46	-	-	3	4.947,78	7	2.192,68	8	4.385,36	2	2.755,10	-	99,87%
26306	CEFETRIOVE	2	6.686,79	NÃO SE APLICA				2	6.686,79	-	-	2	6.686,79	-	99,88%
26411	IFSUDMG	74	113.968,22	35	27.527,36	15	7.755,02	24	78.685,84	72	113.270,48	2	697,74	0,03	99,88%
26412	IFSULMG	25	7.548,61	2	42,64	4	1.372,30	19	6.133,67	23	6.176,31	2	1.372,30	134,79	99,89%
26418	IFPE	65	223.114,44	19	18.114,66	19	1.504,21	27	203.495,57	63	221.940,23	2	1.174,21	-	99,90%
26429	IFGO	22	23.549,33	2	-	9	616,00	11	22.933,33	20	18.536,02	2	5.013,31	-	99,90%
26434	IFFLU	76	156.445,22	27	13.036,02	17	23.647,92	32	119.761,28	74	155.382,29	2	1.062,93	1.491,74	99,91%
26437	IFRR	15	8.683,80	4	1.577,52	7	3.638,84	4	3.467,44	13	8.683,80	2	-	-	99,92%
39251	ANTAQ	22	44.585,76	-	-	5	8.455,49	17	36.130,27	20	38.519,76	2	6.066,00	23.127,82	99,93%
40107	MINC	46	233.134,09	8	7.961,02	10	13.086,75	28	212.086,32	44	233.134,09	2	-	14.454,98	99,93%

C

40112	MIN	84	1.493.341,85	-	-	9	7.299,57	75	1.486.042,28	82	1.487.031,85	2	6.310,00	2.816,60	99,94%
45208	SUSEP	14	14.598,93	2	2.670,00	8	8.137,95	4	3.790,98	12	12.846,13	2	1.752,80	1.886,28	99,95%
26104	INES	32	48.494,22	-	-	21	2.563,74	11	45.930,48	31	48.489,82	1	4,40	-	99,95%
26241	UFPR	607	838.830,59	47	25.427,82	408	418.597,54	152	394.805,23	606	838.830,59	1	-	0,36	99,96%
26253	UFRA	46	68.705,46	-	-	30	36.808,19	16	31.897,27	45	59.113,38	1	9.592,08	4.850,15	99,96%
26407	IFGOIANO	20	26.501,72	6	454,18	3	820,81	11	25.226,73	19	26.424,27	1	77,45	718,48	99,96%
26410	IFNORTEMG	9	8.476,05	1	37,90	3	1.013,25	5	7.424,90	8	8.239,72	1	236,33	-	99,97%
26438	IFSC	52	116.203,97	3	1.287,78	19	(113,40)	30	115.029,59	51	115.321,41	1	882,56	981,70	99,97%
38000	CADE	5	5.324,06	-	-	1	677,03	4	4.647,03	4	4.647,03	1	677,03	490,96	99,97%
40403	FCRB	1	2.130,58	-	-	1	2.130,58	0	-	-	-	1	2.130,58	-	99,98%
40408	FCP	3	5.185,62	-	-	1	1.756,67	2	3.428,95	2	3.428,95	1	1.756,67	-	99,98%
42000	MDA	13	31.911,18	-	-	1	27,52	12	31.883,66	12	31.883,66	1	27,52	-	99,99%
42207	IBRAM	6	7.210,21	-	-	2	2.139,88	4	5.070,33	5	6.577,26	1	632,95	-	99,99%
43000	EX-MBES	1	-	-	-	1	-	0	-	-	-	1	-	-	99,99%
45203	CVM	45	98.379,86	4	4.661,34	13	7.801,81	28	85.916,71	44	98.377,66	1	2,20	-	100,00%
53203	SUDENE	9	8.837,21	6	76,56	1	2.250,00	2	6.510,65	8	6.587,21	1	2.250,00	-	100,00%
30802	DPRF	810	1.528.427,94	38	4.642,02	513	342.100,02	259	1.181.685,90	810	1.528.427,94	-	-	57.080,24	100,00%
41000	MC	857	1.586.137,01	145	126.128,96	625	175.512,69	87	1.284.495,36	857	1.586.137,01	-	-	21.445,40	100,00%
40501	CNPQ	58	98.309,57	38	29.729,03	8	60.839,86	12	7.740,68	58	98.309,57	-	-	-	100,00%
40701	IBAMA	718	9.629.804,63	77	66.033,48	161	160.788,86	480	9.402.982,29	718	9.629.804,63	-	-	541.197,76	100,00%
26316	EAFSOUA	22	90.871,36	NÃO SE APLICA				22	90.871,36	22	90.871,36	-	-	64.019,55	100,00%
26258	UTFPR	119	322.616,87	16	2.805,05	35	13.649,30	68	306.162,52	119	322.616,87	-	-	-	100,00%
41231	ANATEL	88	221.343,94	10	17.617,00	23	54.615,04	55	149.111,90	88	221.343,94	-	-	38.671,94	100,00%
26417	IFPB	92	181.968,30	20	7.745,76	13	51.923,48	59	122.299,06	92	181.968,30	-	-	0,11	100,00%
53202	SUDAM	8	28.430,24	-	-	3	3.758,91	5	24.671,33	8	28.430,24	-	-	-	100,00%
32100	DNPM	66	700.771,22	6	15.238,59	10	5.865,09	50	679.667,54	66	700.771,22	-	-	4.539,80	100,00%
26281	FUFS	132	373.754,38	9	2.205,07	51	91.722,26	72	279.827,05	132	373.754,38	-	-	715.705,77	100,00%
37000	DPU	25	106.136,24	-	-	5	53.707,98	20	52.428,26	25	106.136,24	-	-	12.021,16	100,00%
32200	ANEEL	24	39.063,94	2	6.905,00	2	6.351,00	20	25.807,94	24	39.063,94	-	-	13.100,21	100,00%
24204	IPHAN	94	159.804,14	8	12.852,00	53	3.292,95	33	143.659,19	94	159.804,14	-	-	52.988,30	100,00%

28000	MDIC	59	110.580,87	8	-	22	50.663,82	29	59.917,05	59	110.580,87	-	-	7.226,28	100,00%	
40202	ENAP	10	19.209,01	-	-	2	491,50	8	18.717,51	10	19.209,01	-	-	5.182,23	100,00%	
44207	ICMBIO	98	1.819.814,66	-	-	1	-	97	1.819.814,66	98	1.819.814,66	-	-	23.017,71	100,00%	
26204	CEFET/BA	149	410.940,56	NÃO SE APLICA				149	410.940,56	149	410.940,56	-	-	24.028,83	100,00%	
26205	CEFET/CAMP	33	483.947,31	NÃO SE APLICA				33	483.947,31	33	483.947,31	-	-	-	100,00%	
26208	CEFET/GO	48	662.402,62	NÃO SE APLICA				48	662.402,62	48	662.402,62	-	-	20.959,31	100,00%	
26209	CEFET/MA	83	762.971,93	NÃO SE APLICA				83	762.971,93	83	762.971,93	-	-	384.751,76	100,00%	
26211	CEFET-OP	32	79.479,19	NÃO SE APLICA				32	79.479,19	32	79.479,19	-	-	-	100,00%	
26212	CEFET/PA	9	12.247,44	NÃO SE APLICA				9	12.247,44	9	12.247,44	-	-	-	100,00%	
26214	CEFET/RS	33	93.092,40	NÃO SE APLICA				33	93.092,40	33	93.092,40	-	-	-	100,00%	
26215	CEFET/PE	46	98.782,11	NÃO SE APLICA				46	98.782,11	46	98.782,11	-	-	-	100,00%	
26216	CEFET/PI	8	31.142,04	NÃO SE APLICA				8	31.142,04	8	31.142,04	-	-	-	100,00%	
26219	CEFET/SC	45	176.018,32	NÃO SE APLICA				45	176.018,32	45	176.018,32	-	-	-	100,00%	
26221	CEFET/SE	34	96.385,60	NÃO SE APLICA				34	96.385,60	34	96.385,60	-	-	184,14	100,00%	
26230	UNIVASF	11	26.592,89	1	53,58	-	(0,00)	10	26.539,31	11	26.592,89	-	-	10.500,46	100,00%	
26232	UFBA	305	444.877,49	151	68.494,65	43	69.568,86	111	306.813,98	305	444.877,49	-	-	39.693,84	100,00%	
26247	UFSM/RS	1.363	739.069,27	583	112.500,14	675	223.421,27	105	403.147,86	1.363	739.069,27	-	-	54.589,33	100,00%	
26255	UFVJM	12	14.957,46	1	27,72	4	142,40	7	14.787,34	12	14.957,46	-	-	-	100,00%	
26261	UNIFEI	52	959.661,80	9	8.957,84	11	5.768,87	32	944.935,09	52	959.661,80	-	-	-	100,00%	
26263	UFLA	80	161.228,01	12	5.936,35	36	20.305,63	32	134.986,03	80	161.228,01	-	-	-	100,00%	
26264	UFERSA-RN	38	146.411,38	-	-	33	142.862,50	5	3.548,88	38	146.411,38	-	-	204,75	100,00%	
26266	UNIPAMPA	14	27.757,94	-	-	2	3.613,04	12	24.144,90	14	27.757,94	-	-	-	100,00%	
26272	FUMA	320	2.024.454,33	4	8.045,70	25	37.995,19	291	1.978.413,44	320	2.024.454,33	-	-	-	100,00%	
26273	FURG	363	203.654,23	230	28.886,30	83	64.346,92	50	110.421,01	363	203.654,23	-	-	-	100,00%	
26274	UFU	255	698.306,77	19	2.533,27	114	43.767,58	122	652.005,92	255	698.306,77	-	-	-	100,00%	
26278	FUPEL	292	314.393,73	89	56.397,77	153	126.640,45	50	131.355,51	292	314.393,73	-	-	2.061,08	100,00%	
26283	UFMS	134	2.680.651,70	9	1.024,60	3	749,87	122	2.678.877,23	134	2.680.651,70	-	-	-	100,00%	
26284	UFCSPA	20	11.787,53	2	-	10	-	8	11.787,53	20	11.787,53	-	-	-	100,00%	
26300	EAFSATUBA	10	7.805,53	NÃO SE APLICA				-	10	7.805,53	10	7.805,53	-	-	-	100,00%

□

26302	EAFCATU	12	99.792,37	NÃO SE APLICA	12	99.792,37	12	99.792,37	-	-	796,60	100,00%
26303	EAFCRATO	10	44.927,97	NÃO SE APLICA	10	44.927,97	10	44.927,97	-	-	158,21	100,00%
26305	EFALEGR E	27	1.374.967,12	NÃO SE APLICA	27	1.374.967,12	27	1.374.967,12	-	-	1.403,40	100,00%
26308	CEFET/BA MB	23	43.605,13	NÃO SE APLICA	23	43.605,13	23	43.605,13	-	-	-	100,00%
26309	EAFBARBA CE	38	506.345,77	NÃO SE APLICA	38	506.345,77	38	506.345,77	-	-	-	100,00%
26310	CEFET/JAN U	8	27.337,97	NÃO SE APLICA	8	27.337,97	8	27.337,97	-	-	1.586,00	100,00%
26311	EAFMUZA MBI	6	7.136,59	NÃO SE APLICA	6	7.136,59	6	7.136,59	-	-	-	100,00%
26312	CEFET/RP OM	17	85.428,54	NÃO SE APLICA	17	85.428,54	17	85.428,54	-	-	-	100,00%
26313	CEFET/UB ER	3	4.225,05	NÃO SE APLICA	3	4.225,05	3	4.225,05	-	-	109,64	100,00%
26314	EAFUBERL AN	13	772.907,28	NÃO SE APLICA	13	772.907,28	13	772.907,28	-	-	109,64	100,00%
26315	EAFCASTA NH	1	784,01	NÃO SE APLICA	1	784,01	1	784,01	-	-	-	100,00%
26317	EAFBARRE IR	13	21.293,82	NÃO SE APLICA	13	21.293,82	13	21.293,82	-	-	-	100,00%
26318	EAFBJARDI M	5	7.036,38	NÃO SE APLICA	5	7.036,38	5	7.036,38	-	-	-	100,00%
26320	EAFSCRIST O	7	8.883,58	NÃO SE APLICA	7	8.883,58	7	8.883,58	-	-	-	100,00%
26321	CEFET-BG	27	676.337,60	NÃO SE APLICA	27	676.337,60	27	676.337,60	-	-	-	100,00%
26323	EAFSERTA O	7	13.365,27	NÃO SE APLICA	7	13.365,27	7	13.365,27	-	-	-	100,00%
26324	EAFCOLAT IN	12	17.328,35	NÃO SE APLICA	12	17.328,35	12	17.328,35	-	-	-	100,00%
26327	EAFINCON FI	6	262.482,61	NÃO SE APLICA	6	262.482,61	6	262.482,61	-	-	-	100,00%
26328	EAFMACH ADO	13	30.764,24	NÃO SE APLICA	13	30.764,24	13	30.764,24	-	-	-	100,00%
26329	EAFSALIN AS	14	24.624,48	NÃO SE APLICA	14	24.624,48	14	24.624,48	-	-	126,62	100,00%
26330	EAFEVANG EL	7	8.352,94	NÃO SE APLICA	7	8.352,94	7	8.352,94	-	-	-	100,00%
26333	EFALEGR ET	31	49.228,51	NÃO SE APLICA	31	49.228,51	31	49.228,51	-	-	4.479,95	100,00%
26335	EAFSTERE SA	6	11.295,04	-	5	11.295,04	6	11.295,04	-	-	-	100,00%
26336	CEFPETROL	18	25.147,86	NÃO SE APLICA	18	25.147,86	18	25.147,86	-	-	-	100,00%

26337	EAFERES	4	4.069,09	NÃO SE APLICA	4	4.069,09	4	4.069,09	-	-	-	100,00%
26338	CEFETSVS	10	16.200,52	NÃO SE APLICA	10	16.200,52	10	16.200,52	-	-	-	100,00%
26339	EAFCOLOR AD	16	31.597,78	NÃO SE APLICA	16	31.597,78	16	31.597,78	-	-	-	100,00%
26340	EAFSGABR I	10	8.438,44	NÃO SE APLICA	10	8.438,44	10	8.438,44	-	-	-	100,00%
26342	EAFRIOSU L	28	129.491,92	NÃO SE APLICA	28	129.491,92	28	129.491,92	-	-	-	100,00%
26343	EAFAJT	9	10.244,39	NÃO SE APLICA	9	10.244,39	9	10.244,39	-	-	1.671,18	100,00%
26344	EAFSI	3	4.942,52	NÃO SE APLICA	3	4.942,52	3	4.942,52	-	-	3.159,25	100,00%
26345	EAFCCDO	11	9.151,84	NÃO SE APLICA	11	9.151,84	11	9.151,84	-	-	257,56	100,00%
26346	EAFSBONF	10	7.970,86	NÃO SE APLICA	10	7.970,86	10	7.970,86	-	-	1.121,42	100,00%
26350	UFGD	12	63.646,45	1	-	1	203,61	10	63.442,84	-	267,20	100,00%
26351	UFRB	16	19.570,03	-	-	1	1.339,72	15	18.230,31	-	2.679,44	100,00%
26356	IFBRASILIA	22	48.922,60	NÃO SE APLICA	22	48.922,60	22	48.922,60	-	-	622,49	100,00%
26404	IFBAIANO	52	74.488,15	12	1.774,90	8	3.652,14	32	69.061,11	-	4.979,31	100,00%
26409	IFMG	47	86.994,60	17	34.085,54	8	1.271,20	22	51.637,86	-	1.068,00	100,00%
26415	IFMS	11	2.418,64	-	-	1	1,40	10	2.417,24	-	-	100,00%
26420	IFARROUP	32	35.882,69	2	448,98	11	17.143,95	19	18.289,76	-	-	100,00%
26421	IFRO	14	39.121,83	6	2.383,42	1	304,00	7	36.434,41	-	3.040,00	100,00%
26426	IFAP	2	88,00	-	-	1	88,00	1	-	-	74,86	100,00%
26427	IFBA	76	94.735,65	26	1.550,69	-	(590,20)	50	93.775,16	-	10.119,12	100,00%
26428	IFBRASILIA	18	19.262,97	1	95,00	2	27,72	15	19.140,25	-	876,67	100,00%
26432	IFPR	12	15.433,55	4	369,62	-	(0,00)	8	15.063,93	-	-	100,00%
26433	IFRJ	27	125.739,45	-	-	11	154,08	16	125.585,37	-	1.137,92	100,00%
26436	IFRSIOGRA N	52	86.791,51	8	1.428,50	23	47.225,16	21	38.137,85	-	-	100,00%
26440	UFFS	8	8.907,16	NÃO SE APLICA	8	8.907,16	8	8.907,16	-	-	8,34	100,00%
26441	UFOPA	9	643,65	2	-	6	643,65	1	-	-	-	100,00%
29000	ME	11	13.870,96	NÃO SE APLICA	11	13.870,96	11	13.870,96	-	-	6.964,48	100,00%
32000	MME	80	303.865,26	1	-	24	14.167,43	55	289.697,83	-	90.190,53	100,00%
33206	PREVIC	8	6.846,93	NÃO SE APLICA	8	6.846,93	8	6.846,93	-	-	2.065,23	100,00%

□

42204	DNOCS	895	4.744.505,64	95	152.877,99	198	62.222,16	602	4.529.405,49	895	4.744.505,64	-	-	-	401.711,57	100,00%
53205	ADA	15	11.994,06	NÃO SE APLICA				15	11.994,06	15	11.994,06	-	-	-	22,16	100,00%
53206	ADENE	10	7.203,70	NÃO SE APLICA				10	7.203,70	10	7.203,70	-	-	-	-	100,00%
55000	MDSCF	21	31.730,98	-	-	1	280,06	20	31.450,92	21	31.730,98	-	-	-	4.673,21	100,00%
58000	MPA	14	27.022,73	-	-	1	-	13	27.022,73	14	27.022,73	-	-	-	3.957,20	100,00%
TOTAL GERAL		92.842	356.671.325,41	31.260	16.016.076,89	28.080	40.902.289,30	33.502	299.752.959,22	65.547	277.112.972,17	27.295	79.558.353,24		32.641.233,86	

REDUÇÃO MENSAL **	16.693.310,42
ECONOMIA ANUAL	217.013.035,46

* Não se aplica refere-se a não inclusão das trilhas cadastrais: 001,002,003,004 (que podem conter ocorrências do mesmo servidor em períodos distintos) e das trilhas que foram avaliadas nos últimos 5 anos : 008A,008B,040,055,056,057,059,064 e 065.

** No valor calculado não se inclui os valores encontrados nas trilhas: 008, 023, 024, 035, 040, 51, 054, 055, 056, 057, 059, 060, 063, 064, 065 e 066

Resultado comparativo das quantidades e valores das ocorrências verificadas via sistema Siape dos anos de 2012 e 2014

EXTRAÇÃO - FEVEREIRO / 2012

Trilha	Quantidade de Ocorrências	Valor (R\$)
001	6768	-
002	109	-
003	141	-
004	31	-
005	1068	1.371.232,40
006	101	188.026,53
007	126	1.174.022,88
008A	11192	190.353.377,18
008B	1290	63.453.547,64
008C	Não se aplica-trilha nova de 2013	
008D	Não se aplica-trilha nova de 2013	
009	624	313.450,86
010	113	201.609,96
011	522	-
012	597	163.113,13
013A	76	440.563,89
013B	0	-
014A	17	39.940,58
014B	45	186.325,28
014C	87	524.469,98
014D	106	283.632,08
014E	260	850.864,74
014F	47	107.156,66
015	0	-
016	521	226.325,02

NOVA EXTRAÇÃO – JANEIRO / 2014

Trilha	Quantidade de Ocorrências	Valor (R\$)
001	-	-
002	-	-
003	-	-
004	-	-
005	774	1.073.931,09
006	36	29.888,45
007	4	32.221,74
008A	Não se aplica - Trilha executada apenas em fev/2012	
008B	Não se aplica - Trilha executada apenas em fev/2012	
008C	-	-
008D	-	-
009	447	537.358,34
010	11	48.298,21
011	32	-
012	405	90.560,94
013A	61	489.872,61
013B	-	-
014A	13	46.015,97
014B	26	153.601,31
014C	57	443.057,83
014D	52	174.013,91
014E	229	823.115,78
014F	14	24.203,63
015	1	31.893,29
016	171	76.346,28

JANEIRO 2014

Trilha	Quantidade de ocorrências não regularizadas do ano de 2012 (Que permanecem na base de dados de 2014)	Qde de ocorrências regularizadas do ano de 2012 (não encontradas na base de dados de 2014)	Quantidade de novas ocorrências (não encontradas na base de dados de 2012)
001	Não se aplica		
002	Não se aplica		
003	Não se aplica		
004	Não se aplica		
005	655	413	119
006	28	73	8
007	0	126	4
008A	Não se aplica - Trilha executada apenas em fev/2012		
008B	Não se aplica - Trilha executada apenas em fev/2012		
008C	Não se aplica - trilha nova de 2013		
008D	Não se aplica - trilha nova de 2013		
009	12	612	435
010	6	107	5
011	31	491	1
012	379	218	26
013A	53	23	8
013B	Não se aplica		
014A	2	15	11
014B	19	26	7
014C	47	40	10
014D	36	70	16
014E	191	69	35
014F	11	36	3
015	0	0	1
016	85	436	86

017	2	1.839,06	017	3	13.071,00	017	0	2	3
018	33	100.021,02	018	24	76.068,37	018	18	15	6
019	247	-	019	181	-	019	109	138	72
020	2	12.371,00	020	1	10.429,65	020	1	1	0
021	1953	1.924.921,89	021	2261	1.510.185,13	021	527	1426	1735
022	147	43.313,92	022	43	13.639,60	022	43	104	0
023	257	84.971,77	023	80	24.012,03	023	72	185	8
024	21421	12.061.452,32	024	21200	13.205.963,44	024	18884	2537	2316
025	19	107.528,39	025	21	183.091,68	025	3	16	18
027	71	54.670,00	027	1280	170.521,61	027	26	45	1254
028	32	9.430,44	028	632	204.038,86	028	2	30	60
029	627	-	029	2147	-	029	0	627	2147
031	153	33.191,39	031	142	76.820,79	031	1	152	141
032	14	-	032	8	2.594,04	032	0	14	8
033	19	113.406,36	033	79	411.898,16	033	8	11	71
034	825	1.448.575,28	034	744	1.515.687,88	034	349	476	395
035	9081	25.008.987,18	035	6634	-	035	202	8879	6432
036	2647	1.190.449,81	036	1947	918.785,01	036	1870	777	77
037	151	424.092,00	037	98	143.138,65	037	0	151	98
040	9569	24.806.762,01	040	Não se aplica - Trilha executada apenas em fev/2012		040	Não se aplica - Trilha executada apenas em fev/2012		
040A	Não se aplica-trilha nova de 2013		040A		-	040A	Não se aplica - trilha nova de 2013		
041	417	923.100,13	041	26	45.892,47	041	2	415	24
042	68	37.336,04	042	37	10.127,40	042	8	60	29
043	511	637.068,23	043	190	289.966,23	043	105	406	85
044	170	31.442,78	044	198	63.160,56	044	0	170	198
045	1207	188.432,87	045	457	63.309,54	045	447	760	10
046	212	147.171,98	046	46	28.843,94	046	44	168	2
047	1529	886.232,06	047	1248	366.735,86	047	393	1136	855
048	11	9.764,85	048	99	52.042,92	048	6	5	93
049	112	8.118,00	049	74	5.358,35	049	15	97	59
050	7	83,55	050	0	-	050	0	7	0
051	1514	9.217.003,96	051	1475	-	051	1110	404	365
052	10701	-	052	9528	-	052	6574	4127	2954
054	29	112.831,61	054	20	94.874,11	054	18	11	2
055	1976	5.184.012,52	055	Não se aplica - Trilha executada apenas em fev/2012		055	Não se aplica - Trilha executada apenas em fev/2012		
055A	Não se aplica-trilha nova de 2013		055A	-	-	055A	Não se aplica-trilha nova de 2013		

056	1081	2.144.209,55
056A	Não se aplica-trilha nova de 2013	
057	607	595.473,51
058	1088	2.241.138,08
059	152	7.412.209,54
060	67	274.154,92
061	232	732.128,28
062	113	-
063	29	100.923,41
064	3390	16.778.583,53
065	304	266.447,03
065A	Não se aplica-trilha nova de 2013	
066	5655	-

Totais	102.293	R\$ 375.231.509,08
---------------	----------------	---------------------------

056	Não se aplica - Trilha executada apenas em fev/2012	-
056A	-	-
057	Não se aplica - Trilha executada apenas em fev/2012	
058	15	12.327,27
059	Não se aplica - Trilha executada apenas em fev/2012	
060	17	78.218,54
061	16	57.586,54
062	93	-
063	10	52.101,31
064	Não se aplica - Trilha executada apenas em fev/2012	
065	Não se aplica - Trilha executada apenas em fev/2012	
065A	-	-
066	880	0,00

Valores sem contemplar as Trilhas Novas	
54.284	R\$ 23.791.435,97

056	Não se aplica - Trilha executada apenas em fev/2012		
056A	Não se aplica-trilha nova de 2013		
057	Não se aplica - Trilha executada apenas em fev/2012		
058	3	1085	7
059	Não se aplica - Trilha executada apenas em fev/2012		
060	17	50	0
061	12	220	4
062	72	41	21
063	9	20	1
064	Não se aplica - Trilha executada apenas em fev/2012		
065	Não se aplica - Trilha executada apenas em fev/2012		
065A	Não se aplica-trilha nova de 2013		
066	561	5094	319

33.066	32.617	21.218
---------------	---------------	---------------

□

Melhorias e modificações nos sistemas estruturantes.

Para 17 trilhas, abaixo listadas, foram realizados ajustes no SIAPE de forma a mitigar e/ou eliminar as ocorrências das situações apontadas nas trilhas de auditoria de pessoal.	
TRILHA	NOME DA CONSTATAÇÃO
006	Servidores com jornada de trabalho superior à definida para seu respectivo cargo
007	Servidores que recebem subsídio com valor informado ou parametrizado
009	Servidores com Subsídio recebendo parcelas incompatíveis
017	Servidores que recebem o valor do Cargo em Comissão/Função de Confiança Integral cumulativamente com vencimento do cargo efetivo
020	Servidores/Instituidores que ainda recebem a vantagem extinta de Representação Mensal
022	Servidores percebendo a opção referente ao cargo em comissão/DAS/CD ainda nos termos dos dispositivos revogados da Lei 8.911/94 (Vencimento + Representação Mensal e GADF)
026	Servidores que percebem auxílio-alimentação com valores divergentes àqueles estabelecidos pelo MP
028	Devolução de IR e PSS sem prazo na rubrica
032	Servidores que percebem auxílio-alimentação em duplicidade
033	Servidores/Instituidores/Pensionistas com remuneração superior ao Teto (com rubrica sem incidência para abate teto)
037	Servidores (ativo, aposentado e instituidor de pensão) e pensão com somatório de remuneração / provento / pensão superior ao limite estabelecido no inciso XI, art. 37, CF, com pagamento na base SIAPE.
038	Servidores com jornada reduzida que recebem hora-extra.
039	Servidores que recebem Hora Extra sem prazo
044	Servidores que recebem Devolução de PSS em duplicidade com Abono de Permanência.
055	Pagamento de Gratificação Natalina/13 Salário, com base de cálculo acrescida de valor superior a 30% em relação ao considerado para o cálculo da Antecipação da Gratificação Natalina e do 13º Salário.
056	Rubricas com valor informado (sequências 1 a 5) no mês de novembro, incidindo para o cálculo da Gratificação Natalina e do 13º Salário.
057	Rubricas com valor informado, no mês de novembro, NÃO incidindo para o cálculo da Gratificação Natalina e do 13º Salário.

Para outras 3 trilhas a Secretaria de Gestão Pública (SEGEP/MP) informou previsão para o novo sistema de Pessoal (SIGEPE).

TRILHA	NOME DA CONSTATAÇÃO	SITUAÇÃO
013B	Pensionista por dependência econômica com outro(s) vínculo(s) na iniciativa privada (RGPS e outros poderes via CNIS)	Previsão para o Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal (SIGEPE)
013C	Pensão incompatível com outro vínculo no serviço público (Extra-SIAPE em outro órgão público sob o regime estatutário, Montepio, Militar e RPPS)	Previsão para o Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal (SIGEPE)
036	Servidores que recebem quintos/décimos pelo módulo PIF concomitante com pagamento judicial para o mesmo objeto	Há necessidade de identificação das parcelas incorporadas.

Para 5 trilhas, a seguir listadas, está em fase de homologação o Módulo de Afastamento do SIAPE que irá aprimorar os mecanismos de controle.

TRILHA	NOME DA CONSTATAÇÃO	SITUAÇÃO
001	Servidores com desconto de faltas ao serviço na Folha, sem o respectivo registro no Cadastro.	Em homologação Módulo de Afastamento do SIAPE.
002	Servidores com registro de falta ao serviço no Cadastro, sem o respectivo desconto na Folha.	Em homologação Módulo de Afastamento do SIAPE.
003	Servidores que recebem devolução de faltas anteriormente descontadas	Em homologação Módulo de Afastamento do SIAPE.
004	Servidores com ocorrência de falta ao serviço por mais de 30 dias consecutivos	Em homologação Módulo de Afastamento do SIAPE.
027	Servidores com pagamento de GSISTE com valor inconsistente	Em homologação Módulo do SIAPE.

Para 26 trilhas, descritas a seguir, as situações ainda não foram resolvidas mas, já foram comunicadas à equipe de Cadastro SIAPE.			
TRILHA	NOME DA CONSTATAÇÃO	SITUAÇÃO	OBSERVAÇÃO
013A	Pensionista por dependência econômica com outro(s) vínculo(s) no SIApe	Necessidade de verificação com a equipe de Cadastro do SIAPE.	casos encaminhados ao DEGEP para análise. Já existe restrição sistêmica.
014A	Pensionista filha maior solteira que também é ocupante de cargo público permanente (SIApe)	Necessidade de verificação com a equipe de Cadastro do SIAPE.	Casos encaminhados ao DEGEP para análise.
014B	Pensionista filha maior solteira que também tem outro vínculo de pensão no qual seu estado civil não é de solteira (SIApe)	Necessidade de verificação com a equipe de Cadastro do SIAPE.	Casos encaminhados ao DEGEP para análise. Já existe restrição sistêmica.
014C	Pensionista filha maior solteira que também é servidora pública aposentada (SIApe)	Necessidade de verificação com a equipe de Cadastro do SIAPE.	Casos encaminhados ao DEGEP para análise. Já existe restrição sistêmica.
014D	Pensionista filha maior solteira que também tem outro vínculo de pensão no qual seu estado civil é solteira (SIApe)	Necessidade de verificação com a equipe de Cadastro do SIAPE.	Casos encaminhados ao DEGEP para análise.
014E	Pensionista filha maior solteira que também possui ou possuiu outro vínculo registrado no SIApe, onde o seu estado civil é diferente de solteira	Necessidade de verificação com a equipe de Cadastro do SIAPE.	Casos encaminhados ao DEGEP para análise.
014F	Pensionista filha maior solteira cuja informação do sexo no SIApe seja masculino ou inexistente	Necessidade de verificação com a equipe de Cadastro do SIAPE.	Casos encaminhados ao DEGEP para análise.
015	Pagamentos de exercícios anteriores em prazo maior que um mês (pagamento em vários meses) e/ou em mais de uma sequência (mais de uma parcela no mês)	Necessidade de verificação.	Casos encaminhados ao DEGEP para análise.
016	Servidores aposentados proporcionalmente que recebem as vantagens dos art. 184 ou 192, os quais exigem aposentadoria com tempo de contribuição integral	Necessidade de verificação com a equipe de Cadastro do SIAPE.	Será expedido COMUNICA aos órgãos para alterar a ocorrência de 05 para a correta
021	Servidores/Instituidores com ocorrência no SIAPE de aposentadoria com provento proporcional e estão recebendo provento integral	Necessidade de verificação com a equipe de Cadastro do SIAPE.	Será expedido COMUNICA aos órgãos para alterar a ocorrência de 05 para a correta
025	Servidores com ocorrência de aposentadoria por invalidez, ocupando cargos efetivos ou em comissão	Necessidade de verificação com a equipe de Cadastro do SIAPE.	Os casos serão analisados junto ao DENOP.
040	Servidores com devolução do Adiantamento de Férias nos últimos 5 anos, em valor inferior ao recebido.	Necessidade de verificação.	Casos encaminhados ao DEGEP para análise.

041	Pagamento de antecipação de Férias sem o respectivo desconto nos três meses subsequentes ao mês do recebimento da antecipação.	Necessidade de verificação.	Casos encaminhados ao DEGEP para análise.
046	Vantagem do Art. 184, Lei 1711 ou Art. 192, Lei 8112 - calculada em nível salarial diferente do nível salarial do cargo efetivo do servidor.	Necessidade de verificação com a equipe de Cadastro do SIAPE.	Em fase de ajuste pelo DEGEP
047	Vantagem do Art. 184, Lei 1711 ou Art. 192, Lei 8112 - calcula em tabela de vencimento básico diferente da tabela do cargo efetivo do servidor.	Necessidade de verificação com a equipe de Cadastro do SIAPE.	Em fase de ajuste pelo DEGEP
048	Aposentados com fundamentos EC 41 em diante com vantagens do art. 192, 184 e 193.	Necessidade de verificação com a equipe de Cadastro do SIAPE.	Casos encaminhados ao DEGEP para análise.
052	Instituidores de pensão sem pensionista ou com pensionista excluído.	Necessidade de verificação com a equipe de Cadastro do SIAPE.	Casos encaminhados ao DEGEP para análise.
054	Aposentado e pensionista com ocorrência de exclusão por falta de recadastramento com outro vínculo de ativo, aposentado ou pensão.	Necessidade de verificação com a equipe de Cadastro do SIAPE.	Casos encaminhados ao DEGEP para análise.
058	Aposentados sem paridade recebendo parcelas incompatíveis prevista para servidores ativo.	Necessidade de verificação com a equipe de Cadastro do SIAPE.	Efetuada ajuste sistêmico.
059	Pensionistas excluídos por Erro de Cadastro ou Duplicidade, com pagamento nos últimos 5 anos	Necessidade de verificação com a equipe de Cadastro do SIAPE.	Casos encaminhados ao DEGEP para análise.
060	Pensionistas, filhos(as), que nasceram mais de um ano após o falecimento do Instituidor (pai ou mãe).	Necessidade de verificação com a equipe de Cadastro do SIAPE.	Casos encaminhados ao DEGEP para análise.
061	Pensionistas, filhos(as), que possuem idade superior ao do Instituidor da pensão (pai ou mãe).	Necessidade de verificação com a equipe de Cadastro do SIAPE.	Casos encaminhados ao DEGEP para análise.
062	Instituidor de Pensão com datas de Ingresso no SPF, Cadastro no SIAPE e Óbito, muito próximas ou iguais.s.	Necessidade de verificação com a equipe de Cadastro do SIAPE.	Casos encaminhados ao DEGEP para análise.
063	Instituidor de Pensão com datas de Ingresso no SPF, Cadastro no SIAPE e Óbito, muito próximas ou iguais.	Necessidade de verificação com a equipe de Cadastro do SIAPE.	Casos encaminhados ao DEGEP para análise.
064	Servidores que obtiveram reajuste salarial superior a 200% entre 2008 e 2011.	Necessidade de verificação.	Casos encaminhados ao DEGEP para análise.
065	Servidores que obtiveram Devolução de Falta com os valores maiores do que o descontado nos últimos 5 anos.	Necessidade de verificação com a equipe de Cadastro do SIAPE.	Casos encaminhados ao DEGEP para análise.

Em 17 trilhas, a seguir listadas, a situação encontra-se em análise e possíveis alterações no Sistema estão em estudo.

TRILHA	NOME DA CONSTATAÇÃO	SITUAÇÃO
005	Pensões que não obedeceram as regras na distribuição de cotas, cujo somatório das cotas seja superior a um inteiro.	Algumas situações já foram corrigidas. Há necessidade de verificar a implementação de restrições sistêmicas. Casos encaminhados ao DEGEP para análise.
008	Servidores com devolução ao erário interrompida ou com prazo e/ou valores alterados.	Expedido o Comunica/SIAPE nº 552683 em outubro/2012, estabelecendo as rotinas necessárias ao detalhamento da Rubrica 00145 - Reposição ao Erário. Está sendo desenvolvido um módulo de acompanhamento no SIGA
010	Servidores com Complemento de Subsídio sem alteração desde sua implantação em face dos aumentos ocorridos	Algumas situações já foram corrigidas. Há necessidade de verificar a implementação de restrições sistêmicas. Do total de 461 casos (R\$ 657 mil mensais), 152 já foram regularizados (R\$ 205 mil mensais) e 70 foram judicializados. Já existe uma rotina de diminuição do valor da parcela. O órgão não consegue aumentar.
011	Servidores aposentados com fundamentação exclusiva de magistério, sem ser ocupante de cargo de professor	Algumas situações já foram corrigidas. Há necessidade de verificar a implementação de restrições sistêmicas. Hoje não são incluídas novas aposentadorias no grupo 05. Notificar o passivo
018	Beneficiários de pensão com mais de dois benefícios	Algumas situações já foram corrigidas. Há necessidade de verificar a implementação de restrições sistêmicas. Casos encaminhados ao DEGEP para análise.
019	Servidores com idade superior a 70 anos ainda na situação de ativo permanente	Algumas situações já foram corrigidas. Há necessidade de verificar a implementação de restrições sistêmicas. Há necessidade de identificação da data de nascimento (SRFB) e da situação do CPF. será demandado ao SERPRO que passado 3 meses do aniversário do servidor, ele será excluído. Será mandado comunica informando a nova rotina inclusive a responsabilização do gestor.
023	Pagamento de parcela referente a Quintos/Décimos em rubricas indevidas	Há necessidade de verificar a implementação de restrições sistêmicas. Casos encaminhados ao DEGEP para análise.
024	Pagamento de parcelas asseguradas judicialmente, sem o devido cadastramento no SICAJ	Algumas situações já foram corrigidas. Há necessidade de verificar a implementação de restrições sistêmicas. Há necessidade de identificação das exceções (pensões judiciais) com o DENOP.

031	Inclusão de informações pelo próprio servidor habilitado no SIAPE (nível operacional), em sua respectiva folha de pagamento	Há necessidade de verificar a implementação de restrições sistêmicas. Verificações junto ao DESIN.
034	Servidores cedidos para órgãos recusáveis, que recebem, na origem, gratificação por desempenho/produzividade específica de sua carreira/plano de cargos.	Há necessidade de verificar a implementação de restrições sistêmicas. Casos encaminhados ao DEGEPI para análise.
035	Pensões concedidas após 19/02/2004 cadastradas no SIAPE em Tipos menores que 52, cujo cálculo para pagamento da Pensão não estava adequada as regras atuais.	Há necessidade de verificar a implementação de restrições sistêmicas. Casos encaminhados ao DEGEPI para análise.
042	Servidores com devolução de Adiantamento de Férias em mais de uma parcela.	Algumas situações já foram corrigidas. Há necessidade de verificar a implementação de restrições sistêmicas. Casos encaminhados ao DEGEPI para análise.
043	Servidores que recebem Vencimento Básico com valor informado ou parametrizado manualmente em concomitância com o valor calculado pelo sistema.	Algumas situações já foram corrigidas. Há necessidade de verificar a implementação de restrições sistêmicas. Casos encaminhados ao DEGEPI para análise.
045	Servidores que recebem vantagens calculadas sobre GAE e que não recebem GAE	Há necessidade de verificar a implementação de restrições sistêmicas. Casos encaminhados ao DEGEPI para análise.
049	Servidores que recebem Assistência Pré-Escolar fora do módulo de dependentes.	Algumas situações já foram corrigidas. Há necessidade de verificar a implementação de restrições sistêmicas. Casos encaminhados ao DEGEPI para análise.
050	Servidores com rubricas de desconto lançadas como rendimentos por mais de um mês consecutivo.	Algumas situações já foram corrigidas. Há necessidade de verificar a implementação de restrições sistêmicas. Casos encaminhados ao DEGEPI para análise.
051	Aposentado sem ocorrência de aposentadoria com pagamento de proventos	Algumas situações já foram corrigidas. Há necessidade de verificar a implementação de restrições sistêmicas. Casos encaminhados ao DEGEPI para análise.

**Controladoria-Geral
da União**

